

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA

ANO 2022



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA

ANO 2022



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Equipe de elaboração

Núcleo de Governança, Riscos e Compliance

Thiago Martini Ribeiro Pinto – Coordenador

Alexandre Arns Steiner

Aline Luiza Lima Furlan

Fábio de Araujo

João Guilherme Lopes

José Henrique Cesário Pereira

Laís Cândida Ferreira

Laís Leopoldo Dantas

Roberta Geneci Neves Weber Teigão

Revisão ortográfica

Bárbara Luisa Martins Wieler

Diagramação

Meline D'Agnoluzzo Zortéa



TJPR

Novembro/2023

SUMÁRIO

COMENTÁRIO DO GESTOR	6
MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
INTRODUÇÃO	9
IDENTIFICAÇÃO GERAL	11
INTERESSE PÚBLICO	17
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	22
METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO	23
PRESTAÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	25
PROMOÇÃO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	31
PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE CIDADANIA	32
GESTÃO ADMINISTRATIVA	41
ESTRUTURA DE CONTROLE	54
GESTÃO DE RISCOS	55
CONTROLES INTERNOS	56
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	62
INVESTIMENTOS NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO	68
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA	69
FATORES DE RISCO RELEVANTES	74



COMENTÁRIO DO GESTOR

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimas Magistradas, Magistrados, Servidoras, Servidores, Jurisdicionadas e Jurisdicionados, apresentamos a segunda Carta Anual de Governança do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que detalha as ações adotadas para o cumprimento dos objetivos institucionais e a entrega de serviços de interesse público. Este importante documento reflete nosso compromisso em promover a transparência, a eficiência e a excelência na prestação de serviços judiciais à sociedade paranaense.

É de se destacar que a transparência e a participação social são valores fundamentais em nossa gestão. Por essa razão, temos o prazer de disponibilizar a Carta Anual de Governança do Tribunal de Justiça do Paraná, Ano 2022, permitindo que todas e todos tenham acesso a informações de qualidade e relevância sobre nossos trabalhos e possam acompanhar nossos progressos.

Na Carta relativa ao ano de 2022, são apresentados de forma detalhada os resultados alcançados, os indicadores de desempenho e as iniciativas implementadas ao longo do ano, demonstrando empenho e comprometimento de todas e todos para fortalecer a governança institucional, aprimorar a gestão administrativa e financeira, além de prestar contas sobre projetos de modernização, capacitação de magistrados e servidores e ações que objetivam a melhoria contínua dos serviços prestados.

Dentre os destaques do ano de 2022, temos o orgulho de informar que o Tribunal de Justiça do Paraná conquistou o segundo lugar no Prêmio Juízo Verde do colendo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na modalidade Produtividade. Essa conquista foi anunciada por videoconferência transmitida pelo canal do CNJ no Youtube, em premiação que se destina a homenagear iniciativas voltadas à proteção do meio ambiente ou que contribuam com o desempenho de julgamentos pelo Poder Judiciário na área ambiental e ressalta o comprometimento do TJPR em relação às boas práticas ambientais e à sustentabilidade socioambiental, orientadas sempre pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Importante salientar que, em nosso Tribunal das Araucárias, buscamos constantemente aprimorar nossos processos, primando pela eficiência e pelo uso responsável dos recursos naturais. Esse reconhecimento é fruto dos esforços conjuntos de magistrados, servidores e demais agentes que atuam em prol de uma justiça mais consciente e responsável com o futuro do nosso planeta. Também muito nos honra em anunciar o recebimento da categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), em Brasília. Essa distinção, concedida pelo colendo Conselho Nacional de Justiça, reconhece o TJPR como o melhor Tribunal Estadual de grande porte do país, sendo um verdadeiro testemunho do comprometimento e da excelência que caracterizam nossa instituição.

Expressamos nosso agradecimento às magistradas e magistrados, servidoras e servidores, todas e todos os demais colaboradores do Judiciário e, sobretudo, às cidadãs e aos cidadãos paranaenses que contribuíram para o sucesso obtido no ano de 2022. E convidamos a todos para que continuemos comprometidos na busca contínua por valorosos resultados, pautados pelo engajamento coletivo e pela colaboração mútua. É desse modo que avançaremos em direção a um sistema judiciário cada vez mais inclusivo e alinhado com as expectativas da sociedade.

Aproveitem esta oportunidade de conhecer mais de perto nossas práticas e ações, pois é por meio do compartilhamento de informações que construímos uma relação mais sólida e transparente.

Seguindo a boa tradição iniciada há 300 anos, com o primeiro Juiz Togado nas terras paranaenses, e destes 132 anos de existência do nosso Tribunal de Justiça, estamos comprometidos a seguir aperfeiçoando nossos processos, adotando melhores práticas e atuando de maneira ética e responsável.

Agradecemos sua dedicação e confiança. Juntos, podemos moldar um futuro mais justo e equitativo para todos.

Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao contido na Resolução nº 336/2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que instituiu a Política e o Sistema de Governança do Judiciário paranaense, apresenta-se à sociedade e às partes interessadas a **Carta Anual de Governança, Ano 2022**.

De acordo com a ISO 26000:2010, “*accountability* é a condição de responsabilizar-se por decisões e atividades e prestar contas destas decisões e atividades aos órgãos de governança de uma organização, as autoridades legais e, de modo mais amplo, às partes interessadas da organização”.

Diante desse conceito, é possível perceber que *accountability* se refere à prestação de contas, com a clara demonstração àqueles que depositaram confiança no órgão dos resultados obtidos em relação à aplicação dos recursos recebidos.

Neste sentido, o presente documento tem o objetivo de reafirmar o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em dar continuidade à prestação de contas e à apresentação das atividades realizadas pelo Judiciário paranaense, conforme ocorreu na primeira edição da Carta Anual de Governança, relativa ao ano 2021, publicada por essa Corte.

Esta edição engloba dados relativos ao cumprimento da missão institucional, por meio da prestação jurisdicional, aos métodos consensuais de solução de conflitos e promoção de cidadania, aos projetos continuados e aos novos projetos implementados, além da atualização de informações relevantes do Tribunal de Justiça do Paraná referentes ao ano de 2022.

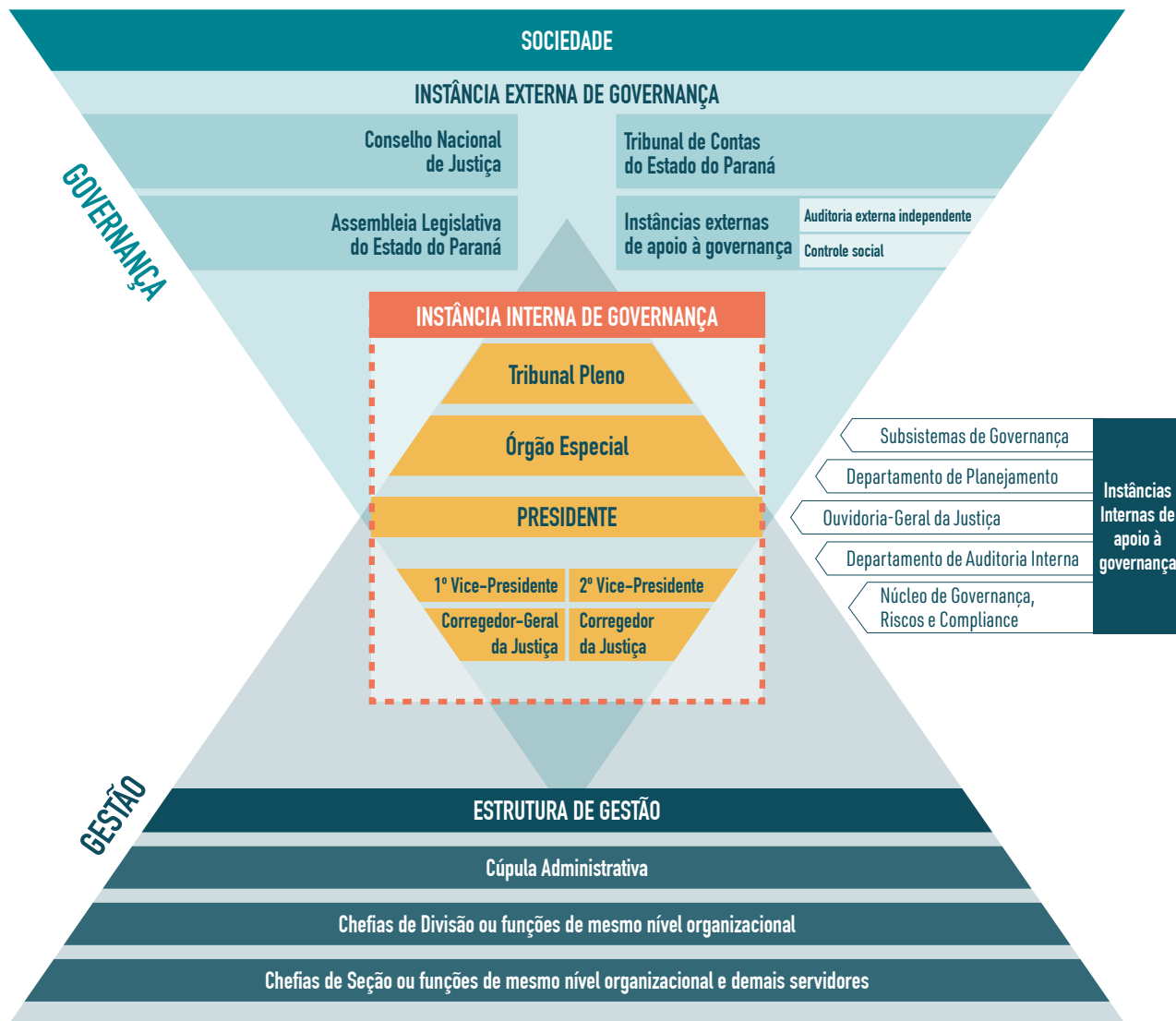
IDENTIFICAÇÃO GERAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é um órgão do Poder Judiciário, com sede na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território paranaense. A criação do Tribunal se deu por meio da Lei Estadual nº 03, em 12 de junho de 1891, inicialmente instituído como Tribunal de Apelação do Paraná, composto, à época, por cinco Desembargadores e oito Comarcas.

Atualmente, a Corte paranaense está entre os cinco maiores Tribunais de Justiça do país e apresenta a seguinte estrutura:

INSTITUIÇÃO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CNPJ	77.821.841/0001-94
SEDE	Curitiba/Paraná
ENDEREÇO	Praça Nossa Senhora Salette, S/N CEP 80.530-912
ABRANGÊNCIA	399 municípios do Paraná
COMARCAS	163 Comarcas
SERVENTIAS JUDICIAIS	Estatizadas: 447 Não estatizadas: 307
SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	1.086
SITE DO TJPR	www.tjpr.jus.br
TELEFONE	(41) 3200-2000
REDES SOCIAIS	Instagram: @tjproficial Twitter: @TJPRoficial Facebook: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR Youtube: Tribunal de Justiça do Paraná – TJPRoficial TJPR – Sessões Tribunal do Júri TJPR Escola Judicial – EJUD TJPR

Os agentes responsáveis pelas estruturas de governança e de gestão, bem como a representação gráfica dessa estrutura, são apresentados a seguir:



INSTÂNCIA INTERNA DE GOVERNANÇA

CÚPULA DIRETIVA

Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen
Desa. Joeci Machado Camargo – 1ª Vice-Presidente
Des. Fernando Antônio Prazeres – 2º Vice-Presidente
Des. Hamilton Mussi Corrêa – Corregedor-Geral da Justiça
Des. Roberto Antônio Massaro – Corregedor da Justiça

ÓRGÃO ESPECIAL

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Órgão Julgador
Des. Telmo Cherem (substituído por Des. Ramon de Medeiros Nogueira – 23/02/2023 a 22/02/2024),
Des. Carvílio da Silveira Filho,
Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa,
Des. Robson Marques Cury,
Desa. Maria José de Toledo Marcondes Teixeira,
Des. Jorge Wagih Massad,
Desa. Sonia Regina de Castro,
Des. Rogério Luis Nielsen Kanayama,
Des. Lauro Laertes de Oliveira,
Des. Arquelaú Araújo Ribas,
Des. Antônio Renato Strapasson,
Des. Hamilton Mussi Corrêa – Corregedor-Geral da Justiça,
Des. José Augusto Gomes Aniceto,
Desa. Vilma Régia Ramos de Rezende,
Des. Jorge de Oliveira Vargas,
Desa. Joeci Machado Camargo – 1ª Vice-Presidente,
Des. José Sebastião Fagundes Cunha,
Des. Espedito Reis do Amaral,
Des. Roberto Portugal Bacellar,
Des. Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca,
Des. Rogério Etzel,
Des. Fabian Schweitzer,
Des. Luciano Carrasco Falavinha Souza,
Des. Francisco Cardozo Oliveira

INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO A GOVERNANÇA

Ouvidoria-Geral da Justiça	Des. Fernando Ferreira de Moraes – Ouvidor-Geral Des. Ruy Alves Henriques Filho – Ouvidor
Departamento de Auditoria Interna	Maurício Cardoso Segundo – Diretor
Departamento de Planejamento	Vinícius Rodrigues Lopes – Diretor
Núcleo de Governança, Riscos e Compliance	Thiago Martini Ribeiro Pinto – Coordenador

ESTRUTURA DE GESTÃO

CÚPULA ADMINISTRATIVA	José Luiz Faria de Macedo Filho - Secretário do Tribunal de Justiça Maria Alice de Carvalho Panizzi - Subsecretária do Tribunal de Justiça Ana Carolina Mion Pilati do Vale – Diretora do Gabinete da Presidência Camila Taís Scorsim – Chefe de Gabinete da 1ª Vice-Presidência Larissa Barreto Maciel – Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência Carlos Andrei Velho – Diretor do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça Thiago Alexandro de Souza Coser – Chefe do Gabinete do Corregedor da Justiça André Luiz Massad – Diretor do Departamento da Magistratura Fernando Scheidt Mäder - Diretor do Departamento de Gestão Documental Hélcio José Vidotti – Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos Hermes Ribeiro da Fonseca Filho – Diretor do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados Igor Brayner dos Santos – Diretor do Departamento Judiciário José Knopfholz – Diretor do Centro de Assistência Médica e Social Laís Lecinia Barboza – Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça Leonel Júnior Pedralli – Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura
------------------------------	---

CÚPULA ADMINISTRATIVA

Mariana da Costa Turra Brandão – Diretora do Departamento do Patrimônio

Moacir Carneiro Junior – Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

Patrícia Caetano – Diretora do Departamento de Precatórios

Rafael Coninck Teigão - Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

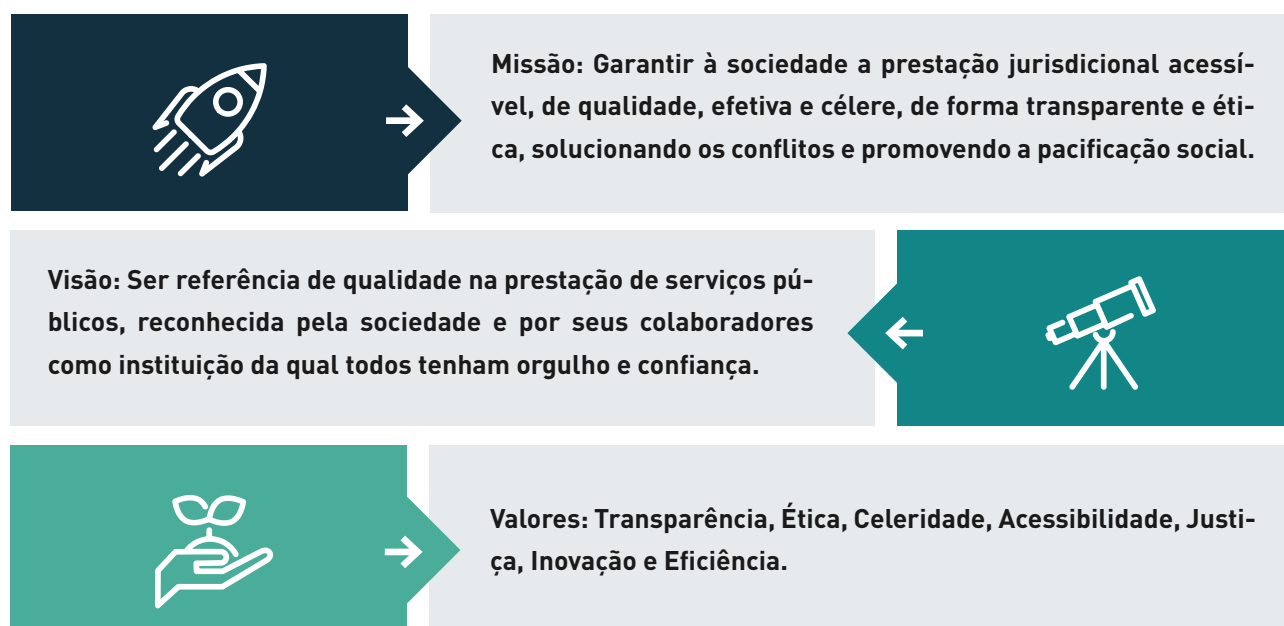
Rafael Corrêa – Diretor da Assessoria de Recursos

Daniel Pereira Barbosa – Coordenador Executivo da Escola Judicial do Paraná

INTERESSE PÚBLICO

Seguindo os passos da boa governança, fundamentados nos princípios da capacidade de resposta, integridade, transparência, equidade e participação, *accountability* (prestação de contas e responsabilidade), confiabilidade e melhoria regulatória, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná adota diretrizes para alcançar resultados significativos e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida.

O exercício do interesse público do Tribunal de Justiça do Paraná se consubstancia no cumprimento da missão institucional, norteadora pela visão de futuro esperada e pelos valores que orientam a instituição, conforme abaixo representado:



Nossa estrutura



Nossas Pessoas




Serventias Judiciais



Serventias Extrajudiciais



Distribuição da Força de Trabalho por Gênero



	Homens	Mulheres	Total
Desembargadores	106	19	125
Desembargadores Substitutos	40	20	60
Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais	13	11	24
Juiz de Direito de Comarca de Entrância Final	188	165	353
Juiz de Direito de Comarca de Entrância Inicial	47	31	78
Juiz de Direito de Comarca de Entrância Intermediária	52	54	106
Juiz de Direito Substituto	74	71	145
Juiz Substituto	25	15	40
Total	545	386	931








	Homens	Mulheres	Total
Servidores efetivos	2879	2976	5855
Servidores Comissionados	895	2377	3272
Estagiários	1379	2676	4055
Voluntários	73	189	262
Cedidos de Órgãos Externos	34	110	144




	Homens	Mulheres	Total
Servidores Temporários	16	14	30
Juízes Leigos	167	282	449
Conciliadores	157	473	630
Mediadores	36	117	153
Terceirizados	1332	1089	2421
Total	6968	10303	17271

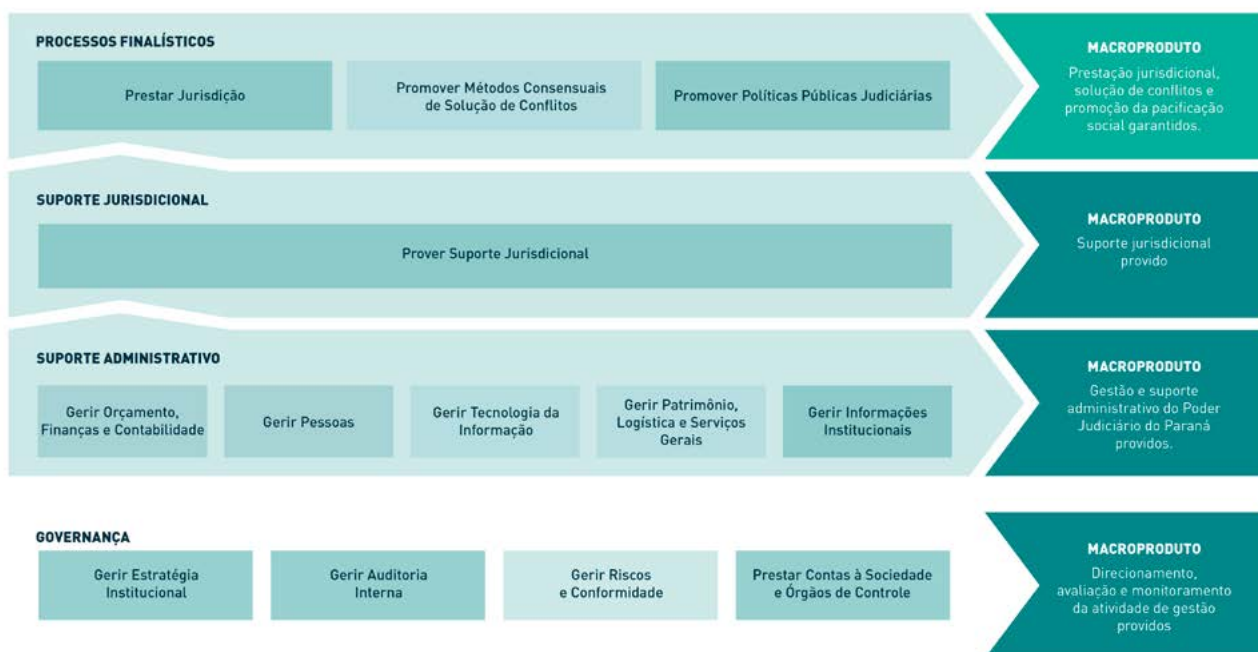




	Homens	Mulheres	Não consta	Total
Agentes Delegados Titulares	512	345	56	913
Agentes Delegados Interinos	44	58	0	102
Agentes Delegados Substitutos	01	0	0	01
Serventuários Titulares	22	16	51	89
Serventuários Interinos	42	34	87	163
Serventuários Substitutos	00	01	01	02
Total	621	454	195	1270

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça do Paraná estão de acordo com a sua Cadeia de Valor, cujo objetivo é representar o desdobramento da estratégia de atuação da Corte de Justiça paranaense, bem como proporcionar uma visão geral das atividades realizadas e da forma como essas se inter-relacionam para gerar e entregar valores e resultados à sociedade, cumprindo-se, dessa forma, a atual missão do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Ao alinhar a sua estratégia, o Tribunal de Justiça otimiza suas operações com o propósito de garantir uma gestão eficiente e eficaz. Cada uma das atividades planejadas e realizadas busca uma constante melhoria que resulte em maior qualidade e agilidade nos processos desempenhados.



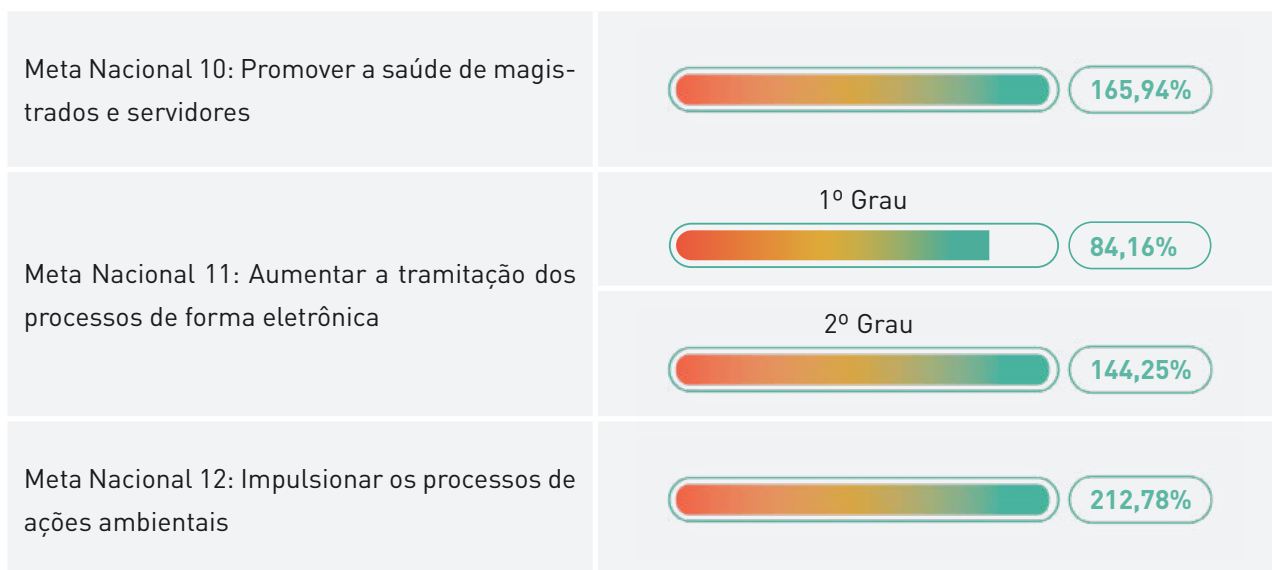
METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as Metas Nacionais do Poder Judiciário expressam o compromisso com o aperfeiçoamento da prestação jurisdiccional objetivando proporcionar à sociedade serviços mais céleres, com maior eficiência e qualidade.

Na tabela a seguir, podem ser observados os resultados alcançados pelo Tribunal de Justiça do Paraná no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

METAS	GRAU DE CUMPRIMENTO PELO TJPR
Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento em relação aos distribuídos no ano corrente	147,78%

Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2021, determinado percentual de processos antigos, de diversos períodos de tramitação	1º Grau	 107,45%
	2º Grau	 119,77%
	Juizados e Turmas	 107,01%
Meta Nacional 3: Estimular a conciliação	 86,56%	
Meta 4: Identificar e julgar determinado percentual de ações de improbidade administrativa, de ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública e de ilícitos eleitorais	 140,63%	
Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento	 104,43%	
Meta 6: Identificar e julgar determinado percentual de ações coletivas e recursos oriundos de ações coletivas distribuídos em diversos períodos de tramitação	Não abrange a justiça estadual	
Meta 7: Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos	Não abrange a justiça estadual	
Meta Nacional 8: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres	Feminicídio	 138,67%
	Violência doméstica	 144,25%
Meta Nacional 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	 110,50%	



PRESTAÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

A promoção de uma prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere é o principal objetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Reconhecendo a importância fundamental da justiça para a sociedade, o Judiciário paranaense empenha-se em garantir que todos os cidadãos tenham igualdade de acesso aos seus serviços e que suas demandas sejam tratadas de maneira justa e eficiente.

Nesta seção, estão evidenciados os projetos e as ações que foram implementados visando a entrega de uma prestação jurisdicional mais acessível e célere, pautada pela qualidade e efetividade:

- A **Central de Movimentações Processuais**, no ano de 2022, realizou 311 atuações em todo o estado do Paraná, abrangendo 106 unidades judiciárias em 58 comarcas de todos os níveis de entrância. Além disso, a unidade expediu ou gerenciou 120 tipos de cumprimentos distintos em 10 competências. Como resultado, foram expedidos ao longo de 2022, aproximadamente, 182.196 cumprimentos.



- PROJUDI:** O Processo Judicial Digital, implantado em 2007 no Tribunal de Justiça do Paraná, completou 15 anos em maio de 2022. Com uma estrutura inteligente, o Projudi é integrado a outros sistemas internos, como o Sistema Uniformizado de Fundos e o Banco de Sentenças, e externos, como sistemas do Banco Central do Brasil, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público do Paraná, da Defensoria Pública e dos Correios. São aproximadamente 100 integrações com outros softwares de sistemas jurídicos, tornando o Projudi e o Judiciário paranaense uma referência em processo judicial eletrônico.



- Novas Câmaras Julgadoras:** Em abril, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou a instalação de 02 novas câmaras julgadoras na Corte paranaense. O objetivo da medida é agilizar o andamento de processos, garantindo mais qualidade e celeridade na prestação jurisdicional, com ganhos em termos de enfrentamento quantitativo e qualitativo dos recursos. A nova organização possibilitará a redistribuição de competências e o fortalecimento da estrutura processual do Tribunal.

Dentre as justificativas para a criação das câmaras, há o elevado índice de recorribilidade interna e o aumento do volume de recursos e ações distribuídas no 2º grau de jurisdição da Corte paranaense ao longo dos anos.



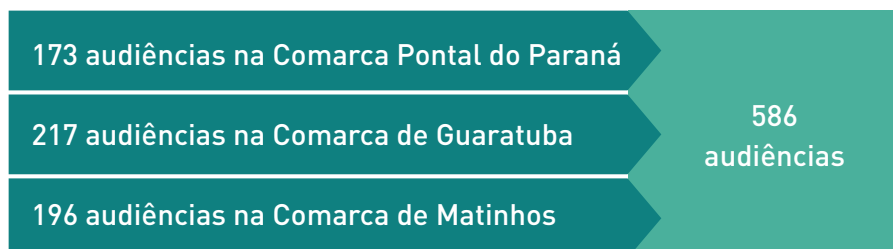
- **Criação da Comarca de Quatro Barras:** em agosto foi publicada a Lei Estadual nº 21.207 que criou o Foro Regional de Quatro Barras da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Já em novembro, foi aprovada a criação do **Núcleo de Justiça 4.0**, por meio da Resolução nº 360/2022-OE, na modalidade de apoio, vinculado ao Juízo Único do Foro Regional de Quatro Barras. Essas medidas visam levar uma maior acessibilidade aos jurisdicionados daquela região.
- **Patrulha Maria da Penha estadual:** Foi realizado em setembro o lançamento oficial do programa Patrulha Maria da Penha estadual. O programa é resultado da parceria entre o Tribunal de Justiça do Paraná, o Governo do Estado e a Secretaria de Segurança Pública, com a interve-niência da Polícia Militar. O objetivo é reforçar o compromisso do Judiciário e do Executivo no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio da ampliação de po-lítica pública que contribui na efetividade da fiscalização de medidas protetivas de urgência e de proteção da mulher vítima de violência doméstica. Destaca-se que o monitoramento do referido programa ocorre por meio de uma câmara técnica da polícia militar estadual com cronograma de instruções que visam dar um melhor atendimento ao enfrentamento da violência doméstica.



- **A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID)** desenvolveu ao longo de 2022 ações voltadas para a conscientização e a sensibilização da sociedade sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, lançando duas importantes campanhas: “Campanha Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica” e a “Semana de Combate ao Femicídio”.

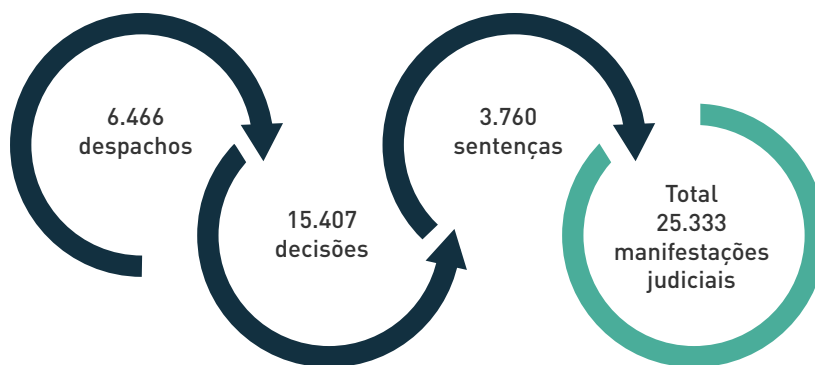
 - **Campanha Sinal Vermelho:** em junho, a Corte paranaense assinou termo de adesão à Campanha Sinal Vermelho. A iniciativa trata de uma forma silenciosa de denúncia colocada à disposição da vítima sobre a possibilidade de dirigir-se a uma farmácia ou cartório e apresentar o sinal vermelho na palma da mão, permitindo ao atendente que acione a Polícia Militar para o acolhimento e demais providências pertinentes.
 - **Semana de Combate ao Femicídio:** o Tribunal de Justiça promoveu, entre os dias 18 e 22 de julho, a Semana do Judiciário contra o Femicídio. O objetivo da iniciativa é disseminar informação e fortalecer a rede de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

- **Conselho de Supervisão do Atendimento Multidisciplinar do Poder Judiciário do Estado do Paraná – CONSAM:** criado e regulamentado pela Resolução nº 366/2022 do TJPR, o CONSAM consiste em emitir regulamentações padronizadas nas áreas de infância e juventude, de violência doméstica e familiar e de execução penal, além de emitir recomendações aos juízes de 1º grau que atuam nas áreas de infância e juventude, violência doméstica e familiar e execução penal. É uma concentração de esforços que visa trabalhar de forma única e homogênea em prol da sociedade paranaense.
- **Núcleo de Ações Coletivas:** criado com o objetivo de fomentar o uso das ações coletivas como meio adequado para a realização do direito material promovendo o acesso à Justiça e à prestação jurisdicional com economia processual, efetividade, duração razoável do processo e isonomia. Além disso, o núcleo visa desenvolver um Cadastro Nacional de Ações Coletivas para possibilitar o monitoramento e a busca da eficácia destas ações.
- **Programa Fazendo Justiça:** foi assinado o termo de repactuação do Programa Fazendo Justiça entre o TJPR e o CNJ. O objetivo do Programa é a superação de desafios estruturais dos sistemas penal e socioeducativo, trabalhando pelo fortalecimento de uma política de Estado capaz de enfrentar desafios estruturais nesses sistemas, com impactos no exercício da atividade jurisdicional.
- **Operação litoral:** Realizada anualmente, esta edição alcançou, nos dois períodos, os seguintes resultados:

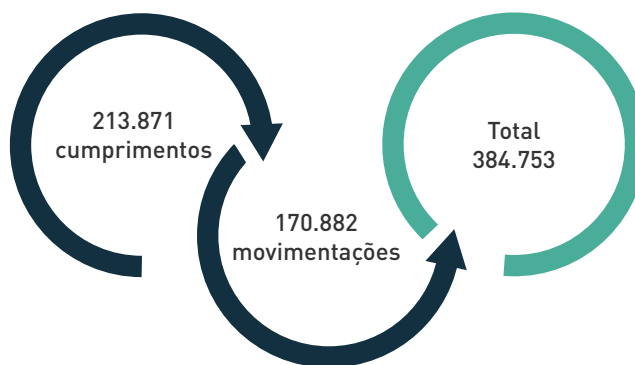


O Programa Justiça no Bairro, atuando em conjunto na Operação Litoral, realizou a expedição de 1.051 identidades (emissão de RG) na Comarca de Pontal do Paraná e 793 na Comarca de Paranaguá.

- A **Unidade Especial de Atuação no Primeiro Grau de Jurisdição (UEA)** expediu mais de 320 mil atos no Projudi partindo da base de modelos fornecida pelo Gesprijudi.
- **Força-Tarefa de Magistrados e Servidores:** a Força-Tarefa de Magistrados atendeu 31 gabinetes de unidades judiciárias do 1º grau de jurisdição. Somando os resultados dos atendimentos, a Equipe Especial de Apoio alcançou os seguintes resultados:



Já a Força-Tarefa de Servidores atendeu 25 secretarias de unidades judiciárias do 1º grau de jurisdição. Somando os resultados dos atendimentos, a UEA realizou 213.871 cumprimentos e 170.882 movimentações, totalizando 384.753 atos processuais. Com isso, alcançou o objetivo de dar andamento a 54.644 processos que estavam paralisados há mais de 30 dias em secretaria e ainda possibilitou a redução de acervos. A UEA realizou o arquivamento definitivo de 5.414 processos.



Dados estatísticos relativos à atividade jurisdicional do 1º grau, no ano de 2022:

SENTENÇAS		DECISÕES	DESPACHOS	AUDIÊNCIAS			TOTAL
COM MÉRITO	SEM MÉRITO			REALIZADAS	COM CONCILIAÇÃO	COM TRANSAÇÃO	
1.028.939	250.205	3.658.685	2.695.933	480.945	52.293	10.790	544.098

○ **Demandas Repetitivas:** O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) tem como objetivo fixar tese jurídica a ser aplicada em todos os processos, individuais ou coletivos, garantindo que não existam julgamentos conflitantes sobre questões de direito idênticas.

Já os Incidentes de Assunção de Competência (IAC) compreendem a uniformização da jurisprudência de forma preventiva, em relação à questão de direito, com grande repercussão social,

sem repetição em múltiplos processos.

Nessa temática, o ano de 2022 teve os seguintes números:



Total de Processos e Recursos em trâmite no Poder Judiciário Paranaense sobrestados em face de:




- **Semana do dessobrestamento:** com a intenção de ressaltar a importância da efetivação do dessobrestamento dos processos e recursos sobrestados em face dos precedentes qualificados tão logo estes sejam julgados, com a imediata aplicação aos casos concretos, foi realizada a Semana do Dessobrestamento, entre os dias 26 e 30 de setembro.
- **BNP** – Adaptação do Projudi para encaminhar dados que irão formar o BNP (Banco Nacional de Precedentes) e, com isso, tornar este Banco como fonte efetiva do entendimento de todos os precedentes qualificados da Justiça Brasileira, com acesso para toda população.
- **Caravanas de Precedentes e do Centro de Inteligência** – Trata-se de visitas às Comarcas, com o intuito de ressaltar a importância e obrigatoriedade da utilização do sistema de precedentes qualificados, apresentar o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) como unidade de apoio aos magistrados, servidores e à população em geral, além de divulgar o Centro de Inteligência desta Corte de Justiça.


PROMOÇÃO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS



- Em março, foi realizado (de forma híbrida) o IV Encontro de Justiça Restaurativa com o tema: “A vítima, o trauma e o Sistema de Justiça – uma troca de experiências Brasil/Canadá”. Durante o encontro, foi lançada a cartilha “Atendimento às Vítimas de Crimes através da Justiça Restaurativa: um guia de recursos para profissionais e facilitadores”. O documento apresenta o passo a passo para a implantação, em âmbito institucional, de projetos que visem garantir a escuta, a acolhida e o suporte às vítimas de crimes.
- Foi realizado em setembro o *webinário* para o diálogo acerca de “Boas Práticas em Cultura da Paz e da Justiça Restaurativa”, para o qual foram convidados magistradas e magistrados, docentes com experiência na temática e demais representantes dos órgãos membros do grupo de trabalho.
- A Realização da XVII Semana Nacional da Conciliação, em novembro, teve como tema “Conciliação: Menos Conflitos e Mais Recomeços”. O objetivo da campanha foi o de promover um grande mutirão de conciliação por todo o Estado do Paraná, ressaltando a solução dos conflitos por meio do diálogo, com consenso entre as partes.

Durante a realização da XVII Semana, foram obtidos os seguintes resultados:

 7.377 audiências de conciliação e mediação realizadas

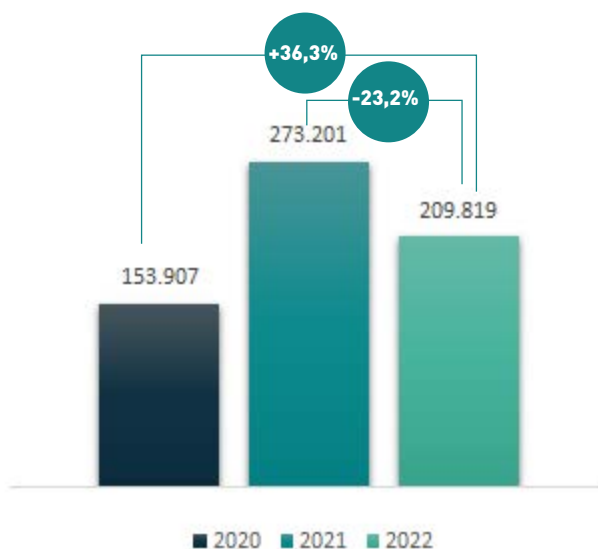
 2.769 sentenças e decisões homologatórias de acordos

- Em relação às audiências de conciliação e mediação realizadas como um todo no ano de 2022, foram efetivadas um total de 209.819, sendo 202.939 audiências de conciliação e 6.800 audiências de mediação.

209.819 audiências de conciliação e mediação

202.939 audiências de conciliação
6.800 audiências de mediação

- A solução consensual foi exitosa em 39.355 audiências, que resultaram em acordos, sendo 34.258 acordos em audiência de conciliação e 5.097 acordos audiências de mediação.



PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE CIDADANIA

No cumprimento de sua missão, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assume a responsabilidade de exercer um papel de destaque na sociedade paranaense ao implementar ações que visam assegurar o pleno exercício da cidadania e demonstrem sua responsabilidade social e ambiental.

Nesta seção, são apresentadas as iniciativas que refletem esses compromissos.

- Foi realizada a doação de carros e computadores para as Polícias Civil e Militar do estado. Os veículos doados serão utilizados pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar e pela Delegacia de Furtos e Roubos da Polícia Civil do Paraná. Os veículos, que estão em ótimas condições de uso, foram doados em razão da terceirização da frota do Tribunal de Justiça, visando a economicidade.
- A Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU), com o apoio da 6ª Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, doou 50 aparelhos celulares, apreendidos durante o andamento de processos criminais, ao projeto “Solidariedade Remota”, da Associação Batista de Ação Social de Curitiba. Os aparelhos serão utilizados por alunos que não têm equipamentos para acompanhar as aulas virtuais.
- A Comarca de União da Vitória também realizou projeto semelhante na cidade. O projeto “Ajude um Aluno” arrecadou em torno de 100 aparelhos eletrônicos, os quais foram doados aos alunos

com bom aproveitamento escolar e que se encontram em condições de vulnerabilidade social.

- O Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED) firmaram um compromisso para a doação de 128 equipamentos eletrônicos, entre eles microcomputadores e monitores de vídeo para a referida Secretaria de Estado.
- Foi assinado Termo de Cooperação com a ONG Cini Skate Social com o objetivo de dar apoio institucional a projetos que tenham o skate como ferramenta de inclusão. A iniciativa visa promover transformação social através do aprendizado e da disciplina que são proporcionados pela prática esportiva, com a criação e o apoio a projetos de profissionalização, acessibilidade, inclusão e transmissão de valores sociais a crianças em situação de vulnerabilidade social.
- O Projeto “Rolê Cívico”, desenvolvido em parceria entre os três poderes do Estado do Paraná, tem por objetivo aproximar os jovens dos Poderes Estaduais e proporcionar uma nova compreensão do serviço público, além de difundir informações e valores culturais. Em 2022, participaram: 16 instituições e 774 pessoas.



- Foi realizado o projeto “Rolê Ambiental” no Parque Jardim Botânico, com 30 crianças acolhidas em abrigo institucional, que participaram de atividades ambientais. Essa ação está diretamente ligada ao comprometimento do TJPR em promover a sustentabilidade, seja por meio da conscientização sobre a importância do meio ambiente, seja pelo incentivo de ações sustentáveis.
- O Tribunal de Justiça divulgou campanha para a doação de material escolar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, para o ano de 2023. As instituições beneficiadas visam oferecer aos menores carentes o material escolar necessário para seu desenvolvimento cognitivo, motor e social, propiciando um acesso adequado à educação.
- Foi inaugurado o Espaço Laços e Afetos, sediado na Comarca de Curitiba. O Espaço tem a finalidade de atender, por meio de uma equipe multidisciplinar, crianças e adolescentes em visitas assistidas e monitoradas das Varas da Família, Infância e Juventude de Curitiba. A proposta do Espaço Laços e Afetos é oferecer um lugar mais acolhedor, onde poderão conviver de forma mais lúdica e segura, até que sua situação jurídica seja definida.
- A Feira da Cidadania na Regional Bairro Novo, em Curitiba, organizada pela Secretaria da Jus-

tiça, Família e Trabalho (SEJUF) do Governo do Paraná, com parceria do TJPR, realizou dezenas de atendimentos acerca de processos já ajuizados, além de orientações a respeito da documentação necessária para a propositura de eventuais novas ações e informações sobre os serviços oferecidos pelo Tribunal nas mais diversas esferas de atuação.

- Em maio, o Tribunal de Justiça celebrou a renovação do Termo de Cooperação Interinstitucional firmado com o Ministério Público do Paraná e a Defensoria Pública do Paraná para a continuidade dos trabalhos do Grupo Interinstitucional para a Política Judiciária de Atendimento à População em Situação de Rua. O objetivo da parceria é desenvolver uma ampla concepção da Política Judiciária que será implementada a partir dessa integração interinstitucional.
- Em junho de 2022, o Tribunal de Justiça realizou a entrega final das doações da *Campanha do Agasalho: Espalhe Calor* ao Programa de Voluntariado Paranaense (Provopar), responsável pela iniciativa. Com esforços conjuntos de magistrados, servidores e estagiários da Corte paranaense, foram recolhidas mais de 2 mil peças de roupas, 80 pares de calçados, 300 quilos de alimentos e alguns itens de higiene pessoal.
- A Campanha em Prol da Saúde da Mulher, promovida pelo Tribunal de Justiça, conseguiu arrecadar mais de 5,7 mil absorventes e itens de higiene pessoal. A ação voltada ao combate à pobreza menstrual é uma parceria entre a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR e o Grupo Elos Invisíveis.
- O Programa Moradia Legal, desenvolvido no âmbito do TJPR, foi apresentado no *Thirteenth Annual Constitutional Law Colloquium*, em Chicago (EUA), em novembro, na *Loyola University School of Law*, oportunidade que reuniu profissionais de direito de todos os continentes. Até dezembro de 2022, o programa atingiu a marca de 120 municípios alcançados e cerca de 3.000 famílias beneficiadas.



- O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná promoveu, no dia 1º de julho de 2022, uma reunião com a Central Única das Favelas (Cufa) e lideranças comunitárias para apresentação do Programa Moradia Legal. Na oportunidade, foi discutida a regularização de moradias para que, dessa forma, os participantes tomassem conhecimento sobre a matrícula imobiliária e como tal docu-

mentação garante a cidadania e o pleno exercício dos direitos.

- O Tribunal de Justiça do Paraná e a Secretaria de Justiça, Família e Trabalho firmaram um Termo de Cooperação Técnica para viabilizar a coleta dos dados biométricos de recém-nascidos, vinculando-os aos da mãe. Também fazem parte do projeto a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria da Saúde, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná e a empresa Natosafe, desenvolvedora da tecnologia de identificação biométrica para bebês. A iniciativa usa uma tecnologia que permite a identificação biométrica dos recém-nascidos logo após o parto. Essas informações aumentam as chances de localizar a criança em caso de troca de bebês e de sequestro.
- Em 2022, o Projeto “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola” contou com a participação de 50 Comarcas, em torno de 370 Escolas Municipais, e um total de 14.399 alunos. Foi organizado um cronograma de desenvolvimento do programa, que visou orientar diretores, pedagogos, supervisores e professores das escolas a difundir a iniciativa aos alunos e facilitar o acesso à Justiça, por meio da divulgação de noções básicas sobre direitos e cidadania às crianças do ensino fundamental de escolas públicas. Em Curitiba, o programa foi desenvolvido presencialmente no segundo semestre de 2022, sendo atendidas 20 escolas municipais, e um total de 1.927 alunos.



50 COMARCAS



370 ESCOLAS



14.399 ALUNOS

Ações de Inclusão, Acessibilidade e Respeito à Diversidade

- Realização do evento de Lançamento dos Guias orientativos da Comissão de Igualdade e Gênero com os seguintes temas: **“Guia para um ambiente de trabalho com mais respeito às mulheres”** e **“Construindo um Tribunal antirracista: um guia para a convivência respeitosa”**, promovido em dezembro no canal da EJUD do Youtube:
 - Elaboração e publicação do “Guia para um ambiente de trabalho com mais respeito às mulheres”. Com o objetivo de apresentar um rol de comportamentos que devem ser eliminados da vida cotidiana, sobretudo no ambiente laboral, essa guia objetiva prestar orientações para que haja uma convivência saudável e cordial entre colegas, chefes e subordinados.



- Elaboração e publicação do guia “Construindo um Tribunal antirracista: um guia para a convivência respeitosa”. O objetivo do material é promover a reflexão sobre questões relacionadas à consciência racial no nosso país e no Poder Judiciário.
- O portal do Tribunal de Justiça contou com a criação de espaço para a divulgação das ações da Comissão de Igualdade e Gênero. Em sua página, estão contidas informações sobre a Comissão, as razões de sua criação, seus princípios, finalidades e atribuições. A página está disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/web/comissao-de-igualdade-e-genero/inicio>
- Realização do evento “Refletindo sobre a Diversidade na Administração Pública”, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a diversidade no corpo funcional do Poder Judiciário paraense com vistas à promoção de uma Política de Diversidade.
- Ação de recepção aos servidores com deficiência convocados no Concurso de Técnico Judiciário, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Departamento de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) e Centro de Assistência Médica e social (CAMS). A ação conta com reunião de boas-vindas aos novos servidores com deficiência que estão em processo de posse, com o intuito de os integrar e identificar possíveis barreiras no ingresso, bem como necessidades de adaptação da estrutura física e tecnológica. Além da entrega de cartilha, também são apresentados os direitos dos servidores com deficiência e disponibilizados os contatos da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Ainda, são contatadas as futuras chefias para que estas se capacitem no tema e possam oportunizar as condições para o melhor desempenho dos novos servidores.
- Capacitações relacionadas à acessibilidade e inclusão:
 - 1500 servidores e 88 gestores foram capacitados em acessibilidade e inclusão;
 - 54 servidores e 1 pessoa do quadro auxiliar foram capacitados em Libras;
 - 8 servidores do Departamento de Engenharia e Arquitetura foram capacitados em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica;

- 210 servidores do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação foram capacitados em normas de acessibilidade digital.
- Lançamento de cartilha de prevenção e enfrentamento do assédio. Esta cartilha foi criada para discutir e promover a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação instituída no âmbito do Poder Judiciário pela Resolução nº 351/2020, do Conselho Nacional de Justiça. Sua finalidade é desenvolver um ambiente de trabalho saudável, em que todos os colaboradores e colaboradoras se sintam plenos dos seus direitos à saúde e à segurança do trabalho, garantindo a qualidade de vida.
- Criação de dois formulários específicos para denúncias de assédio moral e assédio sexual. As denúncias desses casos poderão ser enviadas à Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual (COPAMS) mediante preenchimento do formulário próprio. Ao receber as denúncias, a Comissão analisará a situação posta e adotará as providências necessárias visando a solução do problema, sempre com o cuidado de resguardar a privacidade e a dignidade dos envolvidos.
- Realização de um seminário em agosto sobre a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação. O evento lançou uma cartilha com definições, medidas preventivas e orientação de denúncia.
- **Cursos EJUD:** A Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) possui várias formações voltadas à temática do combate e prevenção do assédio no Judiciário paranaense. Alguns destaques dos cursos disponíveis: “Nome social – Identidade, reconhecimento e memória”; “Violência e Assédio Sexual nas Relações de Trabalho”; “Assédio moral e sexual: aspectos jurídicos e práticos”; “Assédio no Ambiente de Trabalho”; “Assédio na Administração Pública”; “Assédio Moral e Sexual: Prevenção e Enfrentamento”, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS); “Assédio Moral e Sexual no Trabalho”, da Escola de Governo do Senado Federal.
- O Tribunal de Justiça realizou a 21ª Semana da Justiça pela Paz em Casa. Durante a realização do evento, ocorreu o lançamento do Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Psicolabvd). O Psicolabvd é um programa de pesquisa vinculado à Cevid e foi instituído pelo Decreto Judiciário nº 400/2022, com o objetivo de promover convênios e parcerias institucionais para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica.
- O Tribunal de Justiça promoveu em julho a Semana do Judiciário contra o Femicídio. Em consonância com o disposto na Lei Estadual nº 19.873/2019, o objetivo dessa iniciativa é disseminar informação e fortalecer toda a rede de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.



- Em novembro, foi realizado evento comemorativo pelo Dia da Consciência Negra, oportunidade em que foram destacados os 10 anos da promulgação da Lei de Cotas. O encontro fez uma reflexão sobre os avanços e as conquistas identificadas a partir da Lei nº 12.711/12 e debateu sobre os desafios ainda existentes.

Ações de Saúde e Bem-estar

- Elaboração do “Boletim Informativo de Saúde”, idealizado pela Comissão Permanente de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores (COPAS), com o objetivo de levar aos magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiários, estagiárias, colaboradores e colaboradoras do Poder Judiciário informações sobre sintomas e diagnóstico de doenças físicas, mentais e sociais que podem acometer a todos, a fim de garantir o bem-estar humano.

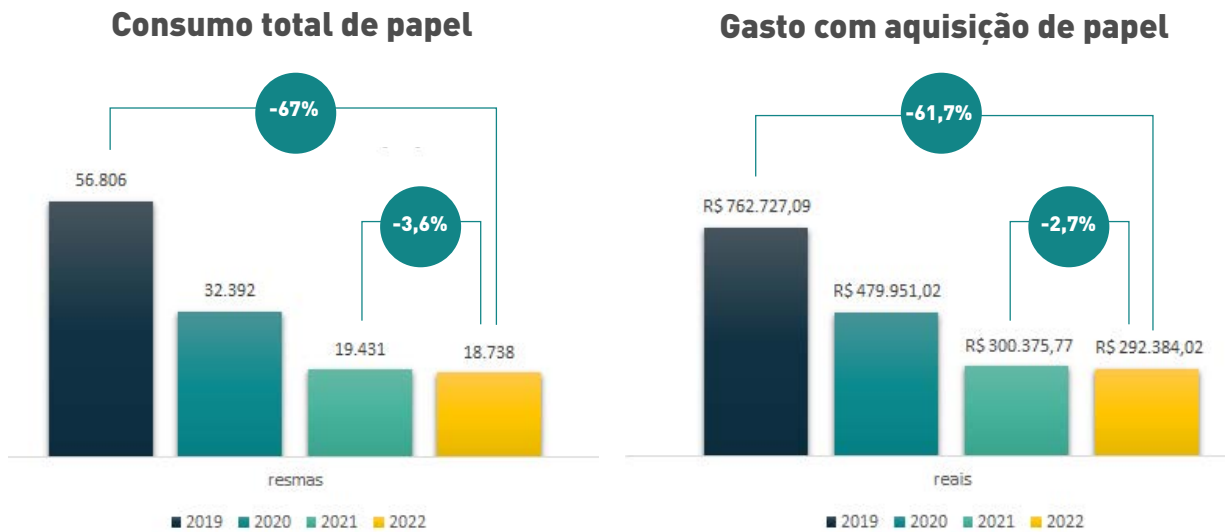


- Realização da 2ª edição do projeto “Sua Saúde na Balança”. O projeto realizou ações em comemoração aos 11 anos da Ginástica Laboral no TJPR e teve a finalidade de proporcionar maior qualidade de vida no ambiente de trabalho (mesmo que em teletrabalho), e, com isso, influenciar na qualidade de vida global de todos os colaboradores e colaboradoras, melhorando o ambiente organizacional e a sua produtividade. Todo o conteúdo produzido pelos organizadores nesta edição está disponível no canal do Youtube @GinasticaLaboralTJPR, podendo ser acessado por qualquer interessado.

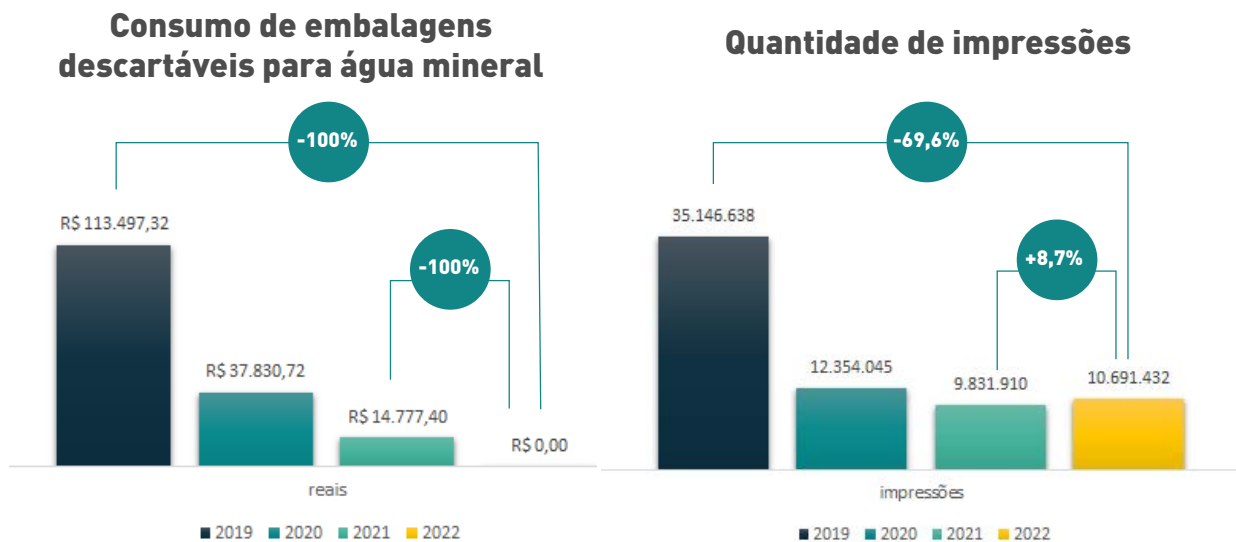
Ações de Sustentabilidade

- Em junho o Tribunal de Justiça do Paraná conquistou o segundo lugar no Prêmio Juízo Verde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na modalidade Produtividade. A premiação foi criada para homenagear iniciativas voltadas à proteção do meio ambiente ou que contribuam com o desempenho de julgamentos pelo Poder Judiciário na área ambiental. Essa conquista foi anunciada em transmissão realizada no canal do CNJ no Youtube.
- A Comissão de Gestão Socioambiental do Tribunal coordenou uma ação com as unidades judiciárias e administrativas para a elaboração do relatório da Comunicação e Engajamento (COE) enviado pelo Judiciário paranaense à ONU. O documento compilou as boas práticas realizadas pelo TJPR nos últimos dois anos (2021 e 2022), relacionadas aos 10 Princípios do Pacto Global e também aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como resultado, o Judiciário paranaense divulgou o relatório de Comunicação e Engajamento (COE) TJPR 2021-2022. O documento apresenta um compilado das boas práticas realizadas pelo Tribunal nos anos de 2021 e 2022. A criação do relatório se deve à participação do TJPR como signatário do Pacto Global, uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de mobilizar a comunidade internacional para a adoção de valores fundamentais que estão refletidos em 10 princípios internacionalmente aceitos nas áreas de Direitos Humanos, Relações de Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção.
- Realização do 6º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável, por meio da Comissão de Gestão Socioambiental, com o objetivo de promover a reflexão e a sensibilização às questões de sustentabilidade pelo Poder Judiciário. A organização do evento ocorreu em conformidade com a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece aos tribunais a necessidade da realização contínua das ações de sensibilização e capacitação na temática socioambiental.
- O Tribunal de Justiça divulgou ao público interno a campanha “Dicas de como fazer mais com menos e reduzir o consumo de materiais de expediente”. Para tanto, foi produzida uma cartilha para estimular o consumo consciente de materiais que são utilizados no ambiente de trabalho.
- As Comarcas da Lapa, Ortigueira e Peabiru realizaram ações de preservação do meio ambiente com o plantio de diversas mudas de árvores em seus fóruns. Além disso, as Comarcas de Rebouças e Matelândia também realizaram a implementação do Bosque da Justiça Cidadã. A ação é uma iniciativa do Projeto Rolê Ambiental. Inicialmente, o projeto criou o “Bosque dos Desembargadores”, e, por conta da sua repercussão positiva, foi ampliado e passou a ser chamado de “Bosque da Justiça Cidadã”.
- Abaixo, são apresentadas as informações referentes aos indicadores de sustentabilidade obtidos em 2022, comparados aos anos anteriores, com destaque para 2019, quando o consumo e

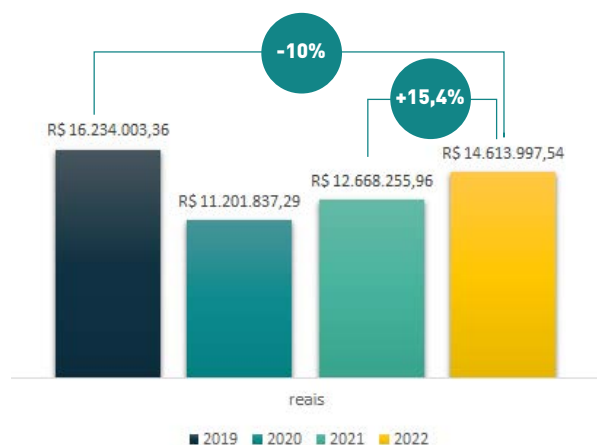
as despesas do TJPR não foram afetados pela pandemia de Covid-19, e o ano de 2021, quando as atividades, ainda que parcialmente, voltaram ao formato presencial.



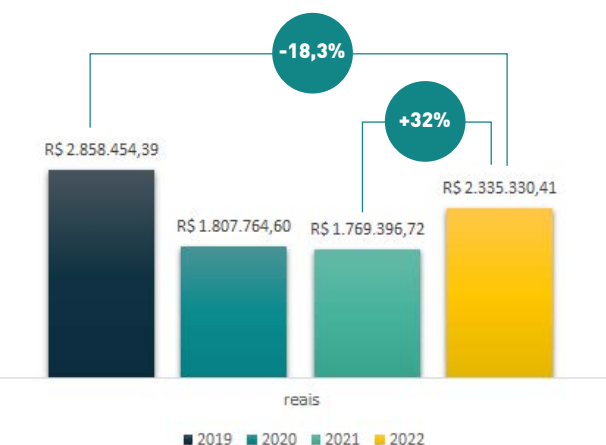
A redução a zero no consumo de embalagens descartáveis para água mineral decorre da determinação do Decreto Judiciário nº 323/2021, que dispõe sobre medidas a serem adotadas nas unidades administrativas e judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para a racionalização do uso de materiais de consumo, bem como ao atingimento de uma das metas do Plano de Logística Sustentável do Tribunal para reduzir em 100% o consumo de água envasada descartável até 2023, em relação ao ano de 2019.



Gasto com energia elétrica



Gasto com água



GESTÃO ADMINISTRATIVA

A gestão administrativa é considerada uma função essencial no contexto do Judiciário paranaense, pois envolve a distribuição de recursos para o planejamento, a implementação e o monitoramento das atividades institucionais. Seu principal objetivo é garantir o alinhamento das ações com as diretrizes e estratégias definidas pela governança institucional, buscando atingir os objetivos organizacionais que foram estabelecidos.

A seguir, serão ressaltados os principais marcos alcançados pela gestão administrativa ao longo do ano de 2022.



Prêmio Conselho Nacional de Justiça de Qualidade

Durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), em Brasília, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná foi agraciado com a categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade, sendo reconhecido, pelo Conselho Nacional de Justiça, como o melhor Tribunal Estadual de grande porte do país.

Planejamento Estratégico Institucional

O Tribunal de Justiça estabeleceu sua estratégia e objetivos para o período de 2021-2026 por meio do Planejamento Estratégico Institucional. Esse planejamento foi aprovado pelo Órgão Especial em 09 de agosto de 2021, sendo a instância máxima de governança do Poder Judiciário. O Planejamento Estratégico compreende 12 Objetivos Estratégicos, alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, e 72 indicadores com a finalidade de monitorar o progresso e o cumprimento da estratégia delineada, conforme evidenciado no Mapa Estratégico Institucional.

RECURSOS

- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira;
- Fortalecimento de tic e de proteção de dados.

PROCESSOS INTERNOS

- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais;
- Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos;
- Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios;
- Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal;
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

MISSÃO

Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social

VISÃO

Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança

VALORES

Transparência | Ética | Justiça | Inovação | Celeridade
Eficiência | Acessibilidade

SOCIEDADE

- Garantia dos direitos fundamentais;
- Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade;
- Promoção da sustentabilidade.



A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos resultados referentes ao ano de 2022 de todos os Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o ciclo 2021-2026:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESEMPENHO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO
Garantia dos Direitos Fundamentais	85,7%	Satisfatório
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	85,7%	Satisfatório
Promoção da Sustentabilidade	100%	Excelência

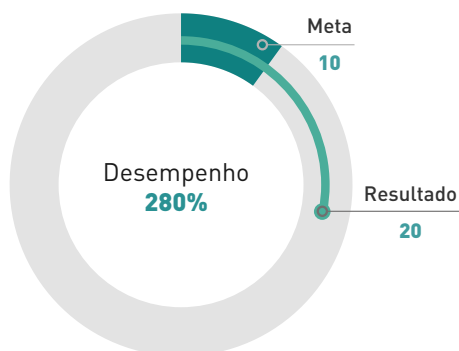
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	88,9%	Satisfatório
Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	100%	Excelência
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	75%	Satisfatório
Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios	33,3%	A Aprimorar
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	100%	Excelência
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	50%	Em Desenvolvimento
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	77,8%	Satisfatório
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	80%	Satisfatório
Fortalecimento de TIC e de Proteção de Dados	100,00%	Excelência

Com isso, observa-se que o resultado do Nível de Satisfação do monitoramento de 2022 do Planejamento Estratégico foi de **83,33%**, visto que 10 dos 12 Objetivos Estratégicos atingiram os níveis de satisfação “Excelência” ou “Satisfatório”.

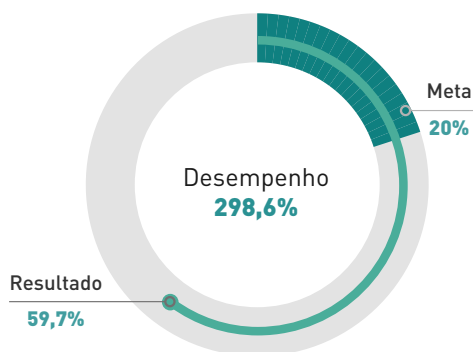
Ademais, dos 72 indicadores mantidos, 41 atingiram ao menos 100% de desempenho em relação à meta estabelecida e receberam o nível de satisfação de “**excelência**”; outros 18 indicadores superaram ao menos 70% da meta, mas não atingiram sua completude, e foram classificados com o nível “**satisfatório**”; já outros 4 indicadores ficaram entre 35% e 70% do cumprimento da meta e receberam o nível de satisfação “**em desenvolvimento**”; os outros 6 indicadores foram classificados com o nível de satisfação denominado “**a aprimorar**” e, dentre os outros 03 indicadores restantes, 01 deles não foi mensurado, outro indicador está pendente de fixação de metas, e em outro se obteve valor nulo, o que inviabilizou a aferição do nível de satisfação.

A seguir, são apresentados alguns indicadores estratégicos de destaque:

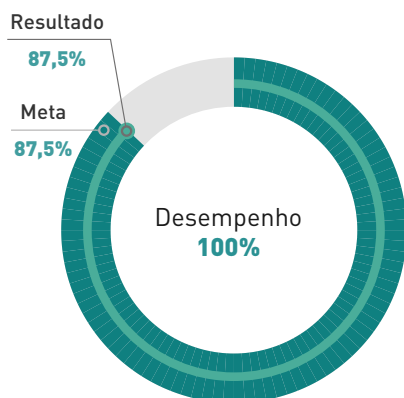
Índice de edificações com acessibilidade física



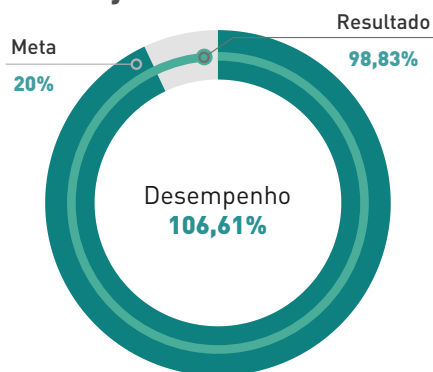
Índice de itens sustentáveis adquiridos em contratações



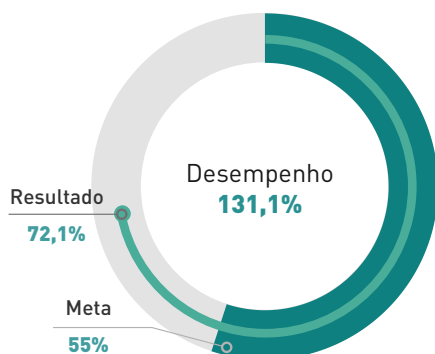
Fortalecimento da Governança Institucional



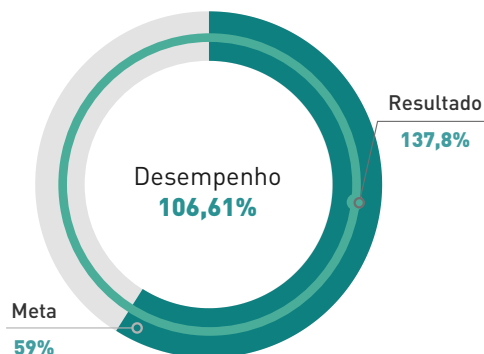
Índice de celeridade no atendimento geral aos jurisdicionados



Índice de julgamento de processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres



Índice de pagamento de precatórios



Para conferir todos os 72 indicadores estratégicos e seu desempenho em 2022, acesse o link: <https://www.tjpr.jus.br/pe-pjpr-2021-2026>

Inovação

- Foi aprovado em fevereiro o Programa de Gestão da Inovação do Poder Judiciário do Estado do Paraná. O documento visa incentivar as ideias inovadoras, seu desenvolvimento e a sua implementação, permitindo avanços na prestação jurisdicional ao incorporar novas metodologias, ferramentas e instrumentos nos processos de trabalho. Tem como foco, ainda, aperfeiçoar as atividades judiciais e administrativas por meio da propagação da cultura da inovação, do foco no usuário, do trabalho colaborativo, da transparência e da desburocratização.
- Elaboração do projeto *Smart Justice* (Justiça Inteligente), uma integração do Poder Judiciário Estadual com as cidades inteligentes. O Projeto é um conceito de atuação institucional que visa incluir o Poder Judiciário no desenvolvimento das Cidades Inteligentes, integrando-se aos Poderes Executivo e Legislativo, municipais e estadual. Essa ação visa a potencialização do desenvolvimento social, com acesso simplificado e eficiente à justiça, a partir de recursos tecnológicos para acessibilidade, preservação do meio ambiente, mobilidade, governança, qualidade de vida, educação, inclusão, infraestrutura sustentável e segurança.



- O aplicativo para dispositivos móveis do TJPR, lançado no final de 2022, procura, a partir de linguagem simplificada, permitir o acesso mais amplo a toda a população, especialmente para os cidadãos que estão localizados em regiões remotas e com menor acesso a recursos. Com a novidade, o cidadão poderá acessar informações básicas do Tribunal, endereços e até consultas processuais.
- A ferramenta “Assessor IAA”, desenvolvida pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação em parceria com o Ateliê de Inovação, foi implementada para auxiliar os processos de trabalho da 1ª Vice-Presidência. O projeto de uso de ferramentas de inteligência artificial para identificar similaridade entre os documentos visa a celeridade processual e a redução de acervo na competência cível e criminal, desempenhando também um papel fundamental para a consecução das metas, uma vez que coletará proposições para identificação de demandas

repetitivas à procura de soluções e novas diretrizes de melhorias e fortalecimento do Poder Judiciário.

Capacitações

- A Escola Judicial do Paraná promoveu em 2022 o total de 218 eventos e capacitações, com a disponibilização de 171 novos cursos, realizados por 6.843 pessoas, entre público interno e externo à instituição.

Outros dados relevantes da EJUD-PR são apresentados na imagem a seguir:



- Alguns eventos e capacitações realizados em 2022 pela EJUD:
 - **Curso sobre o Código de Ética e Conduta dos servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Paraná:** o curso foi lançado para auxiliar na sua interpretação e aplicação, contribuindo ao fortalecimento da imagem institucional;
 - **Evento Casa da Mulher Brasileira e Patrulhas Maria da Penha:** apresentou as rotinas, desafios e conquistas desde sua implementação;
 - **Pré-Encontros de Pretendentes à Adoção – o papel das equipes interprofissionais no Judiciário na adoção:** ocorreram 03 pré-encontros com o objetivo de preparar os pretendentes à adoção que estão em processo de habilitação, bem como os que já estão habilitados há mais de 2 (dois) anos e que não tenham passado por atualização da etapa de preparação;
 - **Refletindo sobre a diversidade na administração pública:** o evento promoveu um debate a fim de ampliar o conhecimento sobre a diversidade no corpo funcional do Poder Judiciário

paranaense com vistas à promoção de uma política de diversidade. Foram abordadas as dificuldades e o acesso de mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ nos diversos escalões do serviço público e estratégias para superá-los.

- **Proteção dos direitos das pessoas com deficiência e o papel do Judiciário:** o objetivo do curso é de que magistrados e magistradas sejam capazes de analisar os modelos de compreensão das pessoas com deficiência, proporcionando elementos que assegurem a distinção entre eles nas mais diversas situações, viabilizando a adoção de práticas alinhadas ao paradigma que tem por objetivo a efetiva inclusão social da pessoa com deficiência, com observância dos princípios e das regras estabelecidos na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência;
 - **Dia da Consciência Negra – 10 Anos da Lei de Cotas:** o evento foi destinado à reflexão e diálogo acerca dos avanços e conquistas identificados a partir da promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas).
- Em junho, ocorreu o 1º Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, idealizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, em parceria com a EJUD, ANOREG-PR e AMAPAR. O tema dessa primeira edição foi “Desafios da aplicação da Lei nº 14.188/2021 de tipificação penal da violência psicológica contra a mulher”. Além disso, também foi realizado um curso de capacitação de aperfeiçoamento, destinado aos magistrados estaduais, inclusive de outros Tribunais de Justiça, com o tema “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”.
 - Concretização pelo Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ) e pela Escola Judicial do Paraná (EJUD) da Roda de Conversa Virtual em alusão à data do Marco Legal da Primeira Infância, objetivando contribuir nas informações referentes ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos, nos âmbitos psicológico, social, legal, administrativo e processual, à luz dos critérios, regras e princípios previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância.
 - Realização do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância em parceria com o CNJ, voltado a sensibilizar os profissionais do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente da Região Sul do Brasil sobre a importância do Marco Legal da Primeira Infância. Durante o evento, foi promovida a adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância pelas instituições da Região Sul, participando o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Prefeituras das capitais, a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras instituições que desenvolvem ações significativas no campo dos direitos da primeira infância.
 - Em julho, a edição da Jornada de Valorização da Magistratura teve sua continuidade, abordando

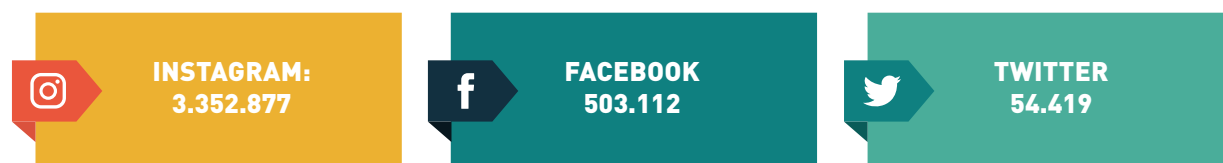
os temas: Foco no Trabalho de Direção do Fórum e Foco na Gestão. As capacitações ocorreram na Comarca de Foz do Iguaçu e contaram com a participação de magistradas e magistrados de todo o Estado e de diretoras e diretores de departamentos do Tribunal.

- A Ouvidoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná realizou o Webinário “Proteção e Defesa do Consumidor em Tempos de Pandemia”, transmitido no canal do YouTube do TJPR. Voltado a ouvidores públicos, profissionais do direito e ao público em geral, o evento debateu as relações de consumo e os principais desafios e mudanças que ocorreram nos últimos tempos, em função da COVID-19.
- Cursos de Formação de Mediadores: no ano de 2022, foram ofertados 04 Cursos de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais no formato EAD, e 04 Cursos de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais no formato presencial. Nos cursos EAD, foram ofertadas 160 vagas. Ao total, foram disponibilizadas 260 vagas entre as modalidades EAD e presencial e 8 cursos de formação.

Comunicação com a Sociedade

- No ano de 2021, foram publicadas 699 notícias no portal do Tribunal de Justiça, tanto para o público interno quanto para o público externo, sendo que o número de visualizações do site totalizou em 407.943.
- Número de visualizações das publicações nas redes sociais do Tribunal de Justiça no ano de 2022:

Alcance em 2022 (número de contas):



A conta do Instagram do TJPR iniciou em 2022 com 48.983 seguidores e, em 31 de dezembro, contabilizou 56.080 seguidores. Ao todo, foram publicados 546 posts no Instagram, 639 publicações no Facebook e 660 *stories* ao longo do ano, totalizando 129.456 curtidas nas produções das páginas. De janeiro a dezembro, foram alcançadas 3.352.877 contas de usuários das redes sociais.



No Facebook do TJPR, foram publicados 639 posts em 2022, alcançando um total de 503.112 contas de usuários da rede social. Em janeiro de 2022, a página do TJPR possuía 21.304 seguidores. No último mês do ano, a página contava com 26.904 seguidores. A página recebeu 2.385 novas curtidas em 2022. Foram recebidas 165 mensagens pelo Messenger.



Ao longo de 2022, a conta do Twitter @TJPROficial publicou 699 tweets. O total de impressões em publicações da página foi de 54.419. Foram conquistados 517 seguidores, totalizando 4.246 seguidores.

- O Programa “Em Foco” totalizou 49 edições ao longo de 2022. Os vídeos foram veiculados no canal oficial do TJPR no YouTube e no Instagram, somando 115.229 visualizações nas duas plataformas.
- O Portal da Transparência passou por uma reestruturação. As informações foram reorganizadas e disponibilizadas com foco no usuário e nos serviços.
- O Portal do Foro Extrajudicial foi criado com o intuito de estabelecer um canal de relacionamento entre o Tribunal de Justiça, os responsáveis por serventias extrajudiciais e a população em geral. A página apresenta informações gerais sobre as unidades extrajudiciais, como quadro de funcionários, os serviços prestados, canais de contato, as principais dúvidas e desafios enfrentados para o auxílio da justiça, os meios para o encaminhamento de sugestões e reclamações e tabela de emolumentos.
- O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP criou no *Telegram* um canal com o objetivo de divulgar os precedentes qualificados do STF, STJ e TJPR. Além disso, cartazes com a informação da criação do Canal do *Telegram* do NUGEP, inclusive com QR-Code para acesso instantâneo, foram encaminhados para todas as direções de fóruns das Comarcas do Paraná, para as principais Faculdades de Direito do Estado e outras instituições ligadas à Justiça. Essa iniciativa busca aumentar os meios de divulgação dos canais desses precedentes qualificados no âmbito do Estado, dando amplo e geral conhecimento aos interessados que se inscreverem.

Melhorias nas Instalações Físicas

18 reformas realizadas em 2022 nos prédios do Poder Judiciário paranaense



02 fóruns em construção: Fóruns das Comarcas de Nova Aurora e Terra Rica

4.711 Manutenções Prediais Preventivas e Corretivas, sendo:
4.166 manutenções corretivas e 545 manutenções preventivas



Manutenção preventiva de 157 elevadores.

Manutenção de 25 aparelhos de ar-condicionado central e
3.815 equipamentos de ar-condicionado individuais.



- Os fóruns das Comarcas de Nova Londrina e Loanda receberam adaptação de “rota acessível” e acessibilidade física. Além disso, o 12º andar do Prédio Anexo e o Tribunal do Júri, ambos em Curitiba, também receberam acessibilidade física em suas instalações.
- Em novembro de 2022, a biblioteca “Desembargador Hugo Simas” foi realocada para a entrada do Palácio da Justiça, ganhando um projeto inovador, com espaços para estudo e leitura, tornando-se mais um ponto de convivência para todos os colaboradores do TJ e a população.
- Visando a melhoria da infraestrutura predial das comarcas do Judiciário paranaense, por meio do Departamento de Engenharia e Arquitetura, o TJPR está desenvolvendo os seguintes projetos:
 - Projeto BIM – implantação da tecnologia BIM (Modelagem da Informação da Construção) no Departamento de Engenharia e Arquitetura, visando agilidade e precisão nos processos construtivos;
 - Projeto Fórum Acessível – para adequação de todas as edificações do TJPR aos padrões normativos de acessibilidade universal;
 - Projeto Fórum Seguro – para adequação de todas as edificações do TJPR às normativas de prevenção a incêndios;

Ampliação do quadro de pessoas

- Em 2022, foram nomeados 317 servidores e servidoras aprovados no concurso público para o cargo de Técnico Judiciário, Edital nº 001/2017.
- Também ocorreu a nomeação de 24 novos magistrados, sendo 4 Desembargadores oriundos do Quinto Constitucional e 20 novos Juízes Substitutos.

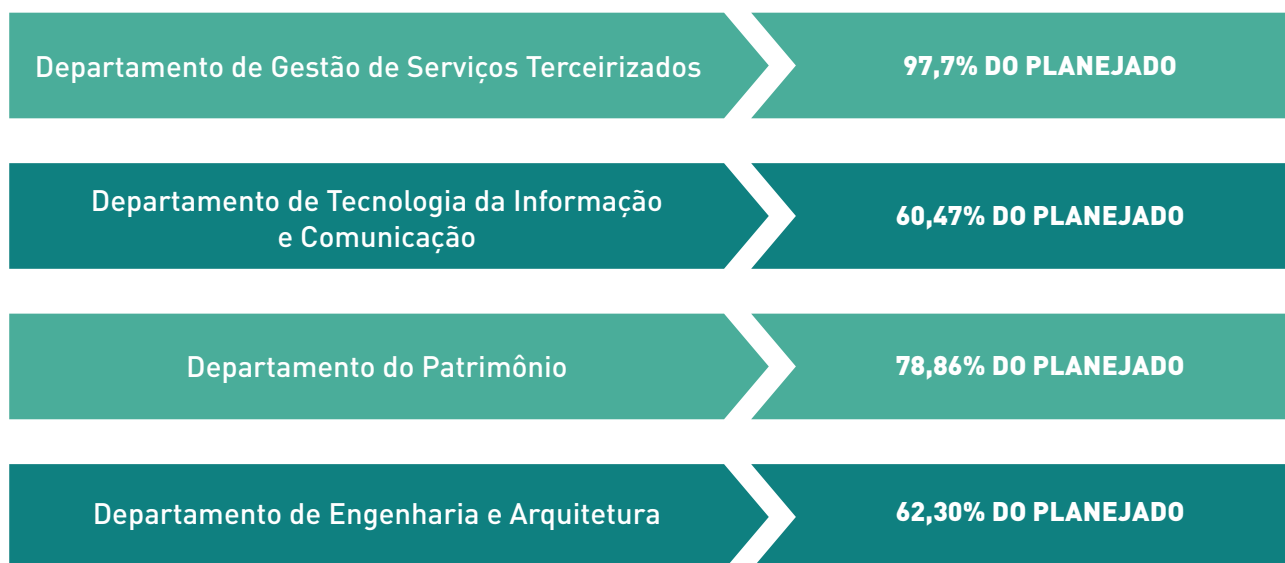


Contratações

O Plano Anual de Contratações (PAC) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é um instrumento de governança utilizado nas contratações públicas. Ele desempenha um papel crucial como ferramenta de gestão, garantindo o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TJPR, no cumprimento de sua missão institucional e na prestação efetiva de serviços jurisdicionais à sociedade.

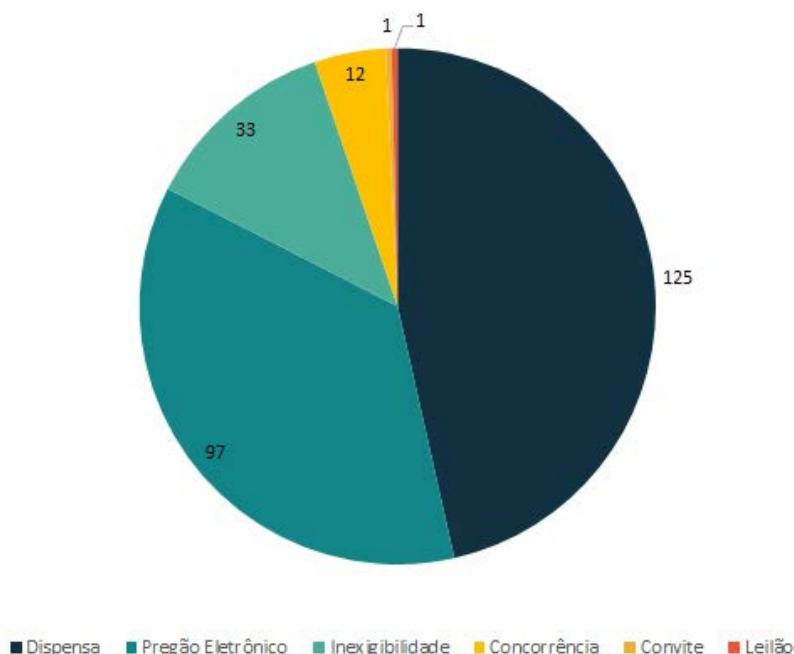
O documento engloba todas as compras e contratações planejadas pelos setores contratantes do Tribunal e abrange demandas relacionadas a obras, serviços de engenharia, tecnologia da informação, bens e serviços comuns, além de outras informações estipuladas nos artigos 10 e 11 da Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Em relação ao Plano Anual de Contratações para o ano de 2022, foram obtidos os seguintes resultados:

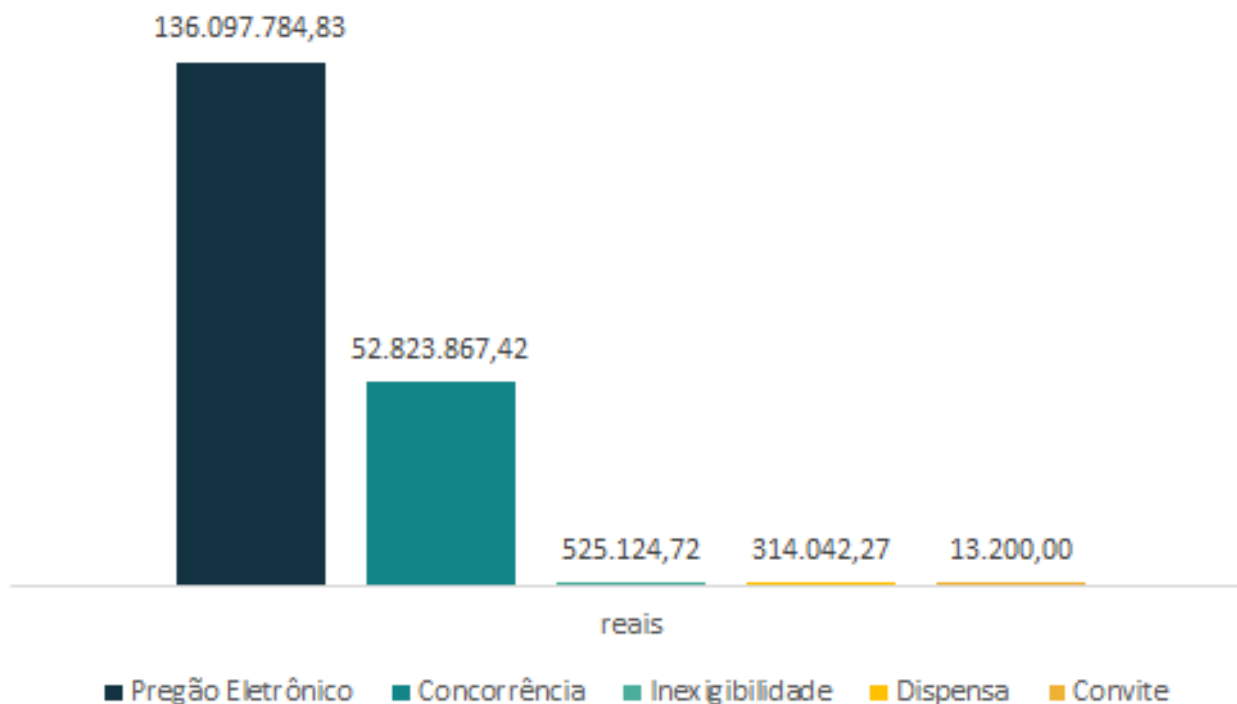


No decorrer de 2022, o Tribunal de Justiça do Paraná realizou 269 procedimentos de contratação e aquisição. Esses processos licitatórios estão distribuídos por modalidade, quantidade de procedimentos e valores envolvidos da seguinte forma:

Número de licitações por modalidade

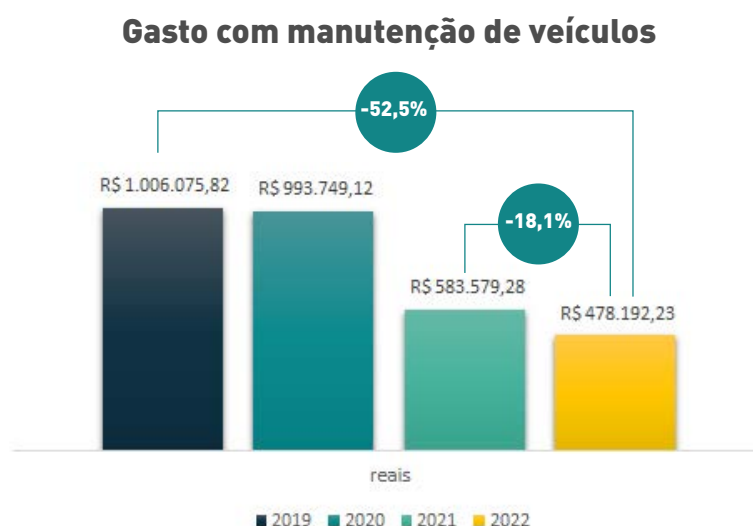


Valores homologados por modalidade



Eficiência na utilização dos recursos públicos: ações para redução de despesas

- O Tribunal de Justiça rescindiu o contrato de locação do imóvel localizado na Rua Mateus Lemes, nº 1470, Centro Cívico, em Curitiba, que desde o ano 2000 abrigava alguns departamentos. Estima-se que a devolução do prédio gerou uma economia mensal de aproximadamente 117 mil reais apenas com o valor da locação.
- Realização de Leilão de 57 veículos inservíveis no ano de 2022. A renda advinda do leilão foi convertida em receita do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (FUNREJUS), totalizando o montante de R\$ 1.592.382,84. Os veículos leiloados eram utilizados para a execução de serviços e no transporte de magistrados, servidores e estagiários da Corte estadual.
- O TáxiGov, plataforma que oferece transporte aos colaboradores do Judiciário paranaense, é voltado principalmente aos atendimentos psicossociais e ao transporte de juradas e jurados. Nesse período, 50 comarcas foram atendidas, totalizando 423 corridas no 1º grau de jurisdição e 13 chamadas para 2º Grau e Secretaria. O custo do serviço foi de R\$ 46.219,00, apenas 2,88% do valor do contrato. Com esse valor, foram percorridos 14.642 quilômetros, uma economia importante para o Judiciário paranaense.
- Em decorrência da aplicação do TáxiGov e da terceirização da frota de veículos do Tribunal de Justiça, tem-se alcançado expressiva redução no gasto com manutenção de veículos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



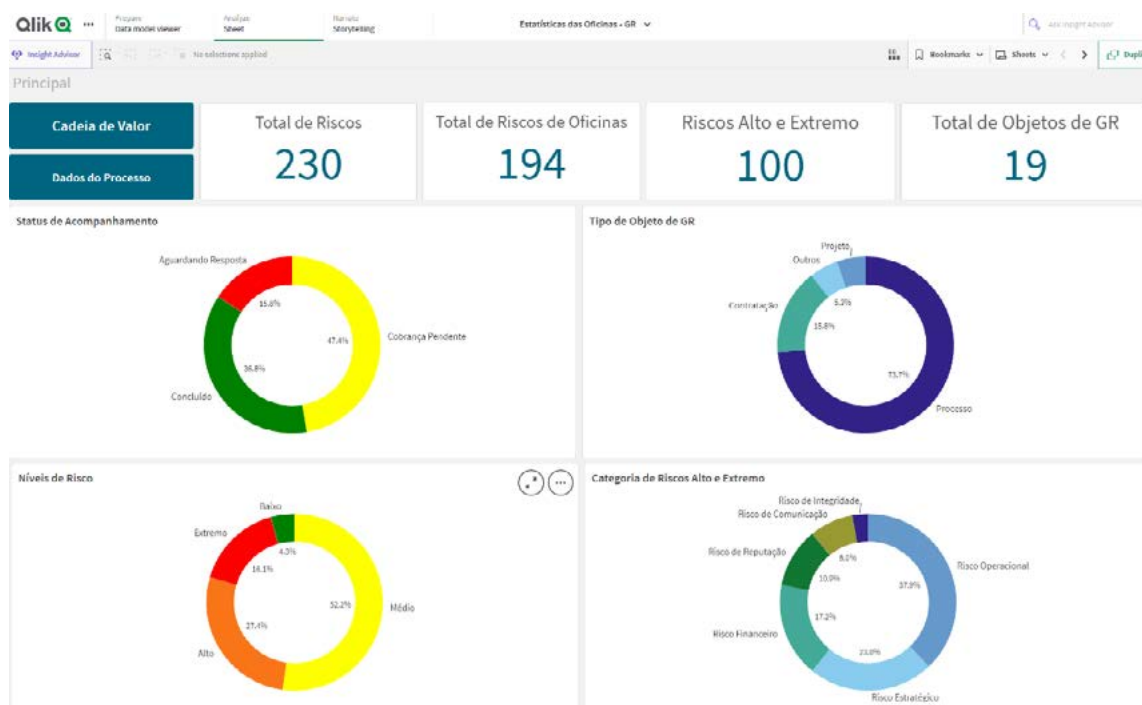
ESTRUTURA DE CONTROLE

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos desempenha um papel fundamental para o aprimoramento da governança no Tribunal de Justiça do Paraná. Por meio dela, pode-se assegurar que os riscos inerentes às suas atividades sejam devidamente identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados. A partir de uma abordagem estruturada e proativa, o Tribunal se torna capaz de antecipar potenciais ameaças e minimizar seus impactos negativos, além de cumprir com seus objetivos institucionais da melhor forma possível.

O Núcleo de Governança, Riscos e Compliance do Tribunal de Justiça é o responsável pela coordenação e monitoramento do gerenciamento de riscos na instituição. Dentre as iniciativas praticadas com relação ao gerenciamento de riscos na Corte paranaense em 2022, destacam-se as seguintes:

- **Elaboração do Mapa de Riscos da Contratação:** Para auxiliar as áreas técnicas do Tribunal de Justiça no gerenciamento de riscos das contratações, foi desenvolvido um modelo padrão de documento denominado “Mapa de Riscos da Contratação”. A finalidade do Mapa de Riscos é garantir, com maior nível de confiabilidade, o alcance dos objetivos que deram origem à contratação, de forma eficiente e eficaz, incluindo a etapa de execução contratual. Além disso, para a utilização do documento, foi realizada uma reunião para sua apresentação às áreas técnicas envolvidas nos processos de contratações do TJPR e a divulgação de um vídeo explicativo sobre sua aplicação.
- **Relatório de Gerenciamento de Riscos:** Foi apresentada proposta para a criação de modelo padrão de documento no Sistema SEI, denominado “Relatório de Gerenciamento de Riscos”, com o objetivo de auxiliar no registro e na comunicação das informações levantadas em todas as fases do gerenciamento de riscos, de maneira padronizada, para todo o Poder Judiciário paranaense. A proposta foi aprovada em agosto pelo Comitê de Gestão de Riscos do Tribunal de Justiça e, após, foi disponibilizada no sistema SEI para utilização.
- **Criação de painéis *Business Intelligence* – BI para acompanhamento da Gestão de Riscos:** Os painéis BI desenvolvidos para a gestão de riscos consistem em representações visuais dos dados e informações relevantes resultantes das atividades de Gerenciamento de Riscos executadas no Tribunal de Justiça. A finalidade é fornecer uma visão ampla e atualizada dos riscos identificados nas oficinas conduzidas pelo NGRC ou levantados pelas próprias unidades, ao mesmo tempo que oferecem uma descrição detalhada dos riscos classificados como alto e extremo e de como se vinculam à cadeia de valor do Tribunal.



- Comitê de Gestão de Riscos:** O Comitê realizou duas reuniões no ano de 2022 e algumas de suas discussões incluíram assuntos relacionados a atualizações sobre os Riscos à Continuidade de Negócios; o Modelo de Mapa de Riscos nas Contratações; as atualizações do Inventário de Riscos; e as oficinas de Gestão de Riscos.
- Oficinas de Gestão de Riscos:**

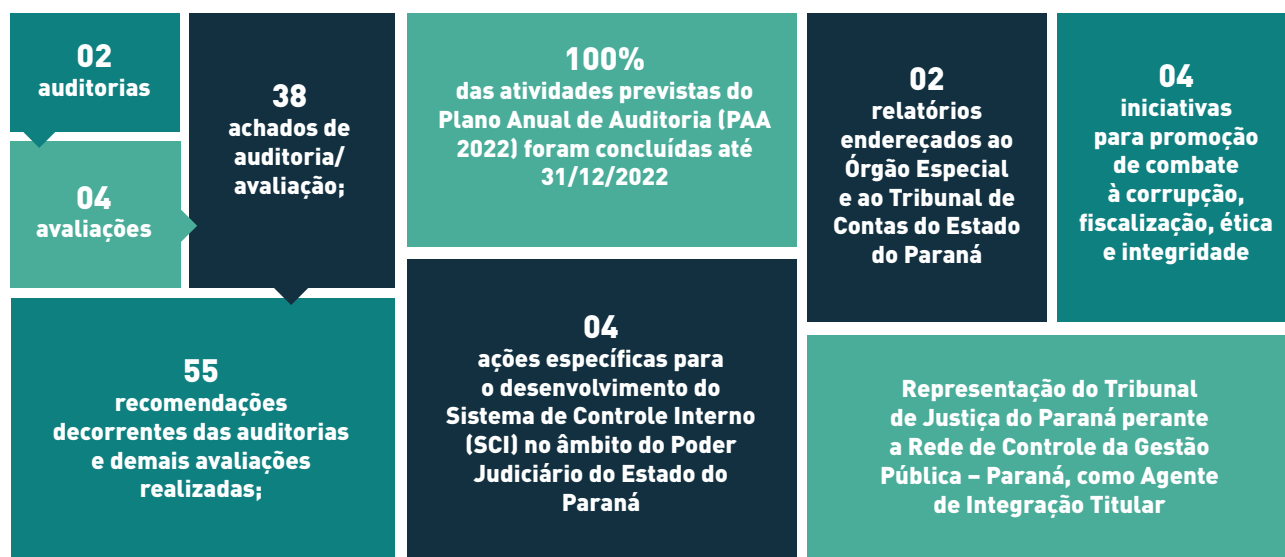
			
5 OFICINAS DE GESTÃO DE RISCOS	46 SERVIDORES E SERVIDORAS	+ DE 32 HORAS DE OFICINAS	86 RISCOS IDENTIFICADOS: 0 baixos; 47 médios; 27 altos; 12 extremos

CONTROLES INTERNOS

Auditoria Interna

O Departamento de Auditoria Interna – DAUDI é o responsável por realizar as atividades de auditoria interna, de forma exclusiva, no âmbito do Poder Judiciário. O objetivo é agregar valor, aprimorar as operações e auxiliar no alcance dos objetivos do Judiciário paranaense.

Algumas das ações realizadas em 2022 para o alcance dos seus objetivos estão descritas a seguir:



Em 2022, aconteceu a conclusão da primeira fase do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC, o qual auferiu ao TJPR a Marca de Participação no Programa. Entre as ações realizadas nessa temática, destacam-se o lançamento de respostas ao questionário no sistema e-Prevenção e a inclusão das correspondentes evidências, possibilitando o mapeamento, o diagnóstico e as futuras propostas de melhoria na prevenção à fraude e à corrupção

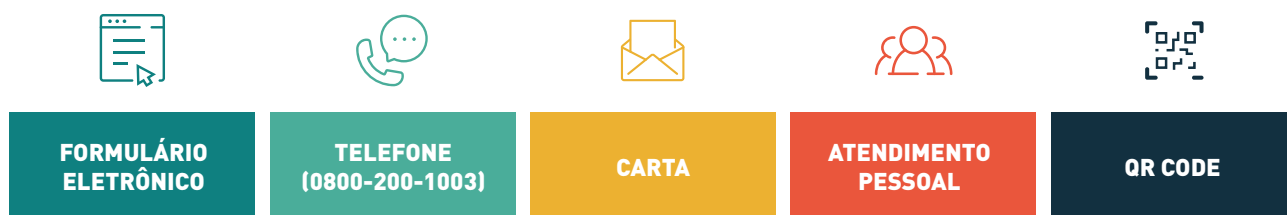
Em julho, uma ação de governança foi promovida pelo Departamento de Auditoria Interna – DAUDI com os gestores do Tribunal para comunicar os resultados da primeira etapa do PNPC.

Ouvidoria-Geral da Justiça

A Ouvidoria-Geral da Justiça tem como responsabilidade receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios relacionados ao Poder Judiciário do Estado do Paraná e encaminhá-los às unidades administrativas ou judiciais competentes.

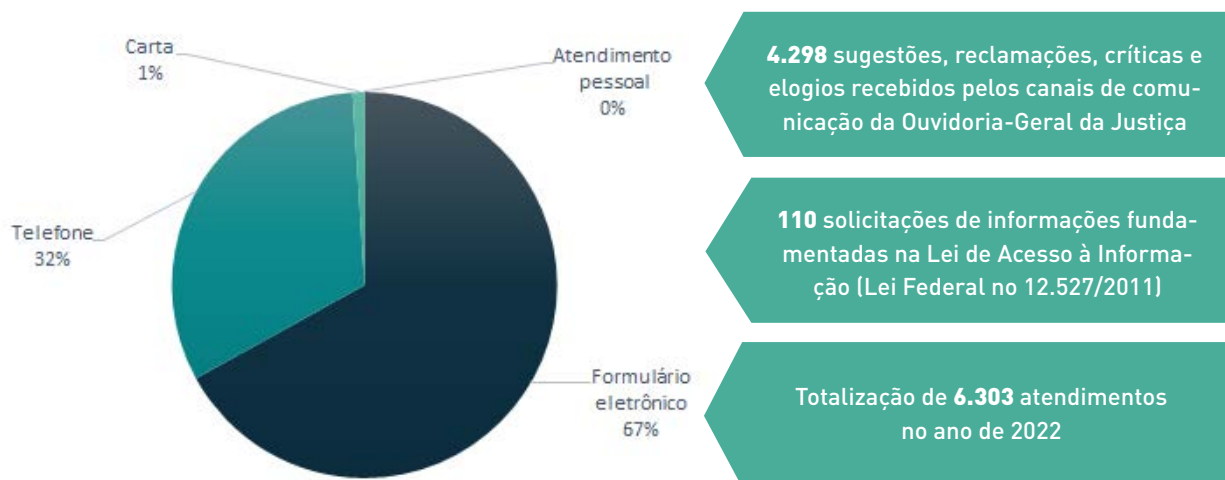
Esse canal entre a sociedade e o Tribunal estabelece a conexão necessária para desempenhar um importante papel na promoção da cidadania e no aprimoramento dos serviços judiciais.

Os canais de acesso da Ouvidoria-Geral da Justiça são os seguintes:



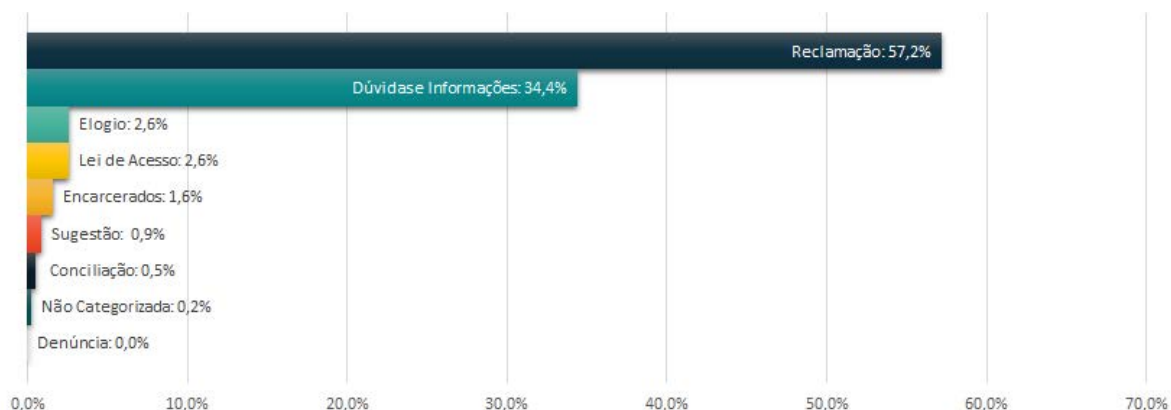
As demandas recebidas por canal de acesso no ano de 2022 foram as seguintes:

Demandas recebidas por canal de acesso

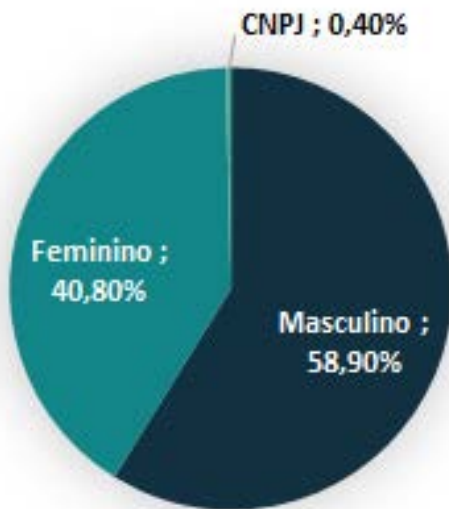


Percentual de sugestões, reclamações, críticas e elogios respondidas aos solicitantes: **100%. A Ouvidoria responde todas as manifestações sempre que informado o contato para resposta.**

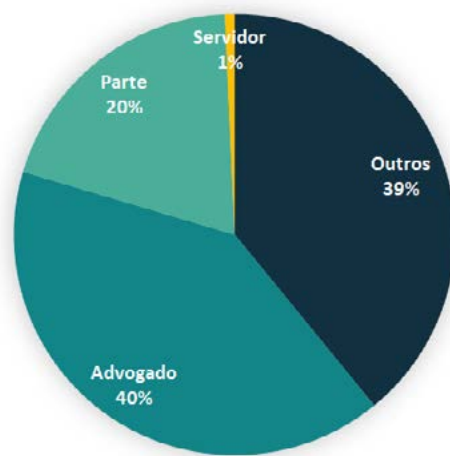
Manifestações recebidas por tipo



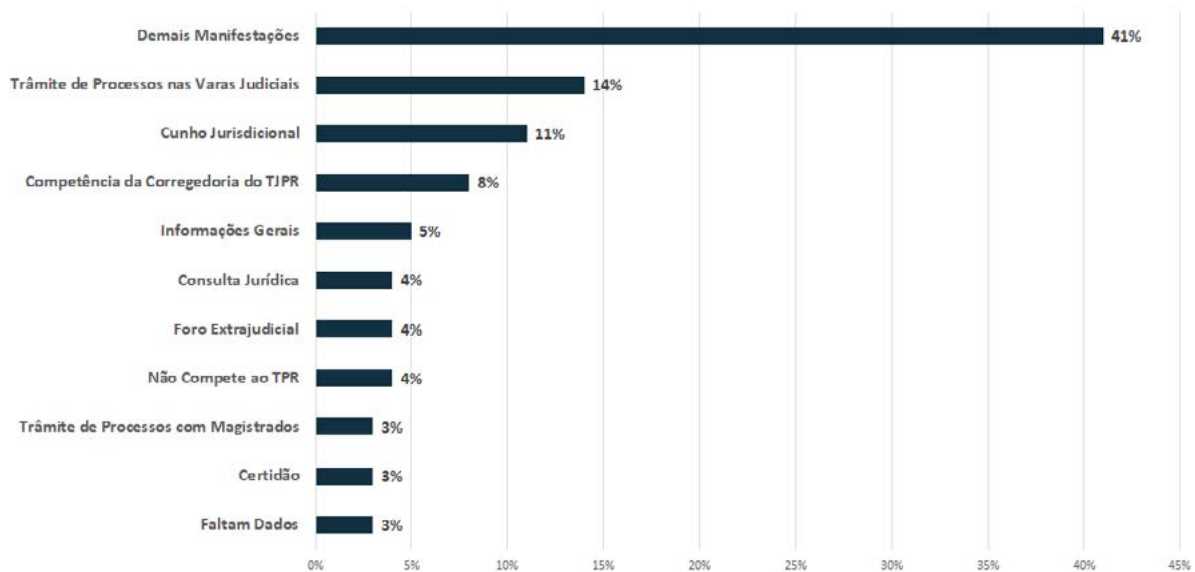
Gênero dos manifestantes



Relação dos manifestantes com o Tribunal



Motivos das manifestações



Canal de Denúncias do Poder Judiciário

Criado em 2021, o Canal de Denúncias continua em seu pleno atendimento, oferecendo um ambiente seguro e confidencial, proporcionando aos colaboradores e ao público em geral o reporte de qualquer conduta inadequada, corrupção, fraude, assédio moral ou sexual, uso ilegal de bem público, entre outros, que sejam relacionados aos agentes e órgãos do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Além disso, as denúncias recebidas são devidamente tratadas pelo Tribunal de Justiça, contribuindo para a identificação e o combate de práticas ilícitas e promovendo um ambiente ético e saudável dentro da instituição.

O Canal de Denúncias do Poder Judiciário pode ser acessado pelo link: <https://www.tjpr.jus.br/web/canal-de-denuncias/inicial>, no qual estão contidas as orientações sobre como encaminhar uma denúncia e por quais canais de acesso poderão ser enviadas.

Correições e Inspeções no Foro Judicial e Extrajudicial

De acordo com o contido no Código de Normas do Foro Judicial, a função correcional consiste na orientação e fiscalização permanente de juízes, servidores, serventuários, agentes delegados, serviços auxiliares e unidades prisionais. Essa função é exercida em todo o estado pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelo Corregedor da Justiça e, no limite de suas atribuições, pelos Juízes Auxiliares.

Além disso, a função correcional será exercida por meio de correição ordinária ou extraordinária, presencial ou virtual, geral ou parcial, na unidade judicial e no ofício extrajudicial, determinada pelo Corregedor-Geral da Justiça ou pelo Corregedor da Justiça, com a expedição da respectiva ordem de serviço.

Em 2022, a Corregedoria-Geral da Justiça realizou correições em:

201 unidades judiciais, o que representa 36,81% do total de unidades do Estado do Paraná.



300 atas de Correição produzidas, das quais 280 estão arquivadas (93,3%) e 20 estão pendentes de cumprimento ou com prazo em aberto.

Elaboraram-se 46 atas das Direções dos Fóruns e Distribuidores, todas arquivadas.



275 relatórios reservados de Magistrados foram lavrados, dos quais 4 ainda estão em andamento, sendo o índice de cumprimento de 98,5%.

Já a Corregedoria da Justiça realizou Correições Ordinárias nos serviços registrares e notariais do Estado do Paraná, totalizando:



58 COMARCAS



456 SERVENTIAS
365 foram presenciais (80%)
91 virtuais (20%).



Foram elaboradas 370 atas e o percentual de cumprimento atingiu 81,14%.

O aprimoramento dos modelos de Correição do Foro Extrajudicial é uma medida da Corregedoria da Justiça que visa aprimorar a forma como as Correições dos Serviços do Foro Extrajudicial vêm sendo realizadas, a fim de que a partir da elaboração das atas se possam extrair informações que permitam a correção e orientação da forma como os serviços notariais e de registro vêm sendo prestados em benefício da sociedade.

DADOS ECONÔMICO- FINANCEIROS

Esta seção apresenta informações sobre os recursos financeiros para o cumprimento da missão institucional do Poder Judiciário do Estado do Paraná, bem como informações sobre a sua aplicação. A origem dos recursos decorre, em sua maioria, de transferências recebidas mediante repasse de cotas de recursos do Tesouro Estadual, denominados duodécimos, definidos na elaboração da proposta orçamentária, nos limites percentuais da Receita Geral do Tesouro do Estado do Paraná.

Além dessa receita orçamentária, o Poder Judiciário arrecada receitas próprias oriundas de Fundos Especiais, quais sejam: Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário do Estado do Paraná (FUNREJUS), Fundo da Justiça (FUNJUS) e Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), criados para atender finalidades específicas relacionadas às atividades institucionais, cujas receitas auferidas em 2022 totalizaram:

FONTE	ORÇAMENTO PREVISTO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	EXECUTADO (EM %)
TJPR – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (repasse do Tesouro Estadual)	2.453.031.128,00	2.453.025.608,65	100%
FUNREJUS – Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (receitas próprias)	939.152.468	547.364.383,46	58,28%
FUNJUS – Fundo da Justiça (receitas próprias)	280.768.595	1.105.250	21,12%
FUNSEG – Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (receitas próprias)	5.232.785	4.201.800,32	65%

TJPR – Recursos de repasse do Tesouro Estadual

Destinação dos recursos:

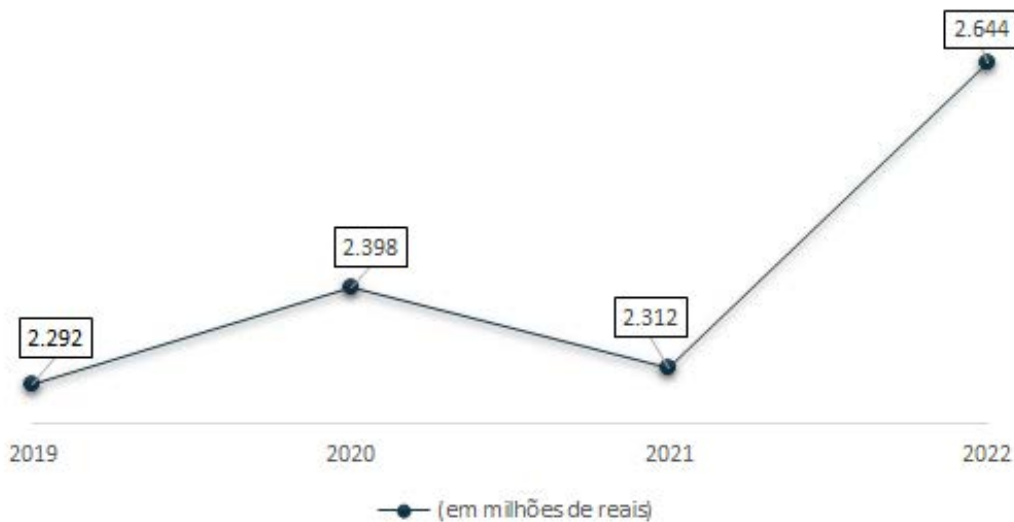
DESTINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
Pessoal e Encargos Sociais	2.193.867.193,00	89,43%
Outras Despesas Correntes	259.163.935,00	10,57%
TOTAL	2.453.031.128,00	100%

Execução Orçamentária:

DESCRIÇÃO	EMPENHADA (R\$)	PAGA (R\$)	A PAGAR (R\$)
Despesas Correntes	2.453.025.608,65	2.076.836.127,71	376.189.480,94
Pessoal e Encargos Sociais	2.193.867.185,34	1.819.792.275,66	374.074.909,68
Outras Despesas Correntes	259.158.423,31	257.043.852,05	2.114.571,26
TOTAL DA DESPESA	2.453.025.608,65	2.076.836.127,71	376.189.480,94

Comportamento das receitas ao longo dos últimos 4 anos:

Duodécimos recebidos nos últimos exercícios



FUNREJUS – Recursos de arrecadação própria

Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário do Estado do Paraná (FUNREJUS), criado pela Lei nº 12.216/1998, alterada pela Lei nº 19.052/2017, destinado a: i) aquisição, construção, ampliação e reforma dos edifícios forenses e de outros imóveis destinados ao Poder Judiciário; ii) aquisição de equipamentos, materiais permanentes e softwares; iii) implementação e manutenção dos serviços de informática da Justiça Estadual; iv) despesas correntes, exceto com pessoal e encargos sociais.

ORIGEM DAS RECEITAS – FUNREJUS	TOTAL (R\$)	% SOBRE O ARRECADADO
Taxa de ocupação de imóveis	9.307.161,50	1,17%
Rendimentos de aplicações	145.995.399,43	18,37%
Convênio com a Caixa Econômica Federal	239.525.026,30	30,13%
Convênio Folha de Pagamento com o Banco Itaú	17.242.716,95	2,17%
Serviços Judiciários	373.730.665,48	47,01%
Outras Receitas Eventuais	7.556.193,20	0,95%
Alienação de Bens Móveis	1.592.382,84	0,20%
TOTAL	794.949.545,70	100,00%

Comportamento das receitas ao longo dos últimos 4 anos:



FUNJUS – Receitas de arrecadação própria

Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei nº 15.942/2008, alterada pela Lei nº 17.217/2012, tem por objetivo prover os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das despesas decorrentes do processo de estatização, neste compreendida a recomposição dos servidores do Quadro de Pessoal das unidades estatais do 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

ORIGEM DA RECEITA - FUNJUS	TOTAL (R\$)	%
Serviços Judiciários	213.287.560,88	59,57%
Convênio com a Caixa Econômica Federal	79.833.596,66	22,30%
Rendimentos de aplicações	39.351.613,64	10,99%
Taxa Judiciária - 98% FUNJUS	25.454.998,53	7,11%
Dívida ativa	88.726,24	0,02%
TOTAL	358.016.495,95	100,00%

Destinação da Despesa:

DESPESAS CORRENTES	R\$
Salários e Encargos	119.739.100,86
Auxílios (saúde e alimentação)	70.635.365,99
Indenização de Transporte - cumprimento de mandados	22.586.118,30
TOTAL	212.960.585,15

Comportamento das receitas ao longo dos últimos 4 anos:



FUNSEG – Receitas de arrecadação própria

Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), criado pela Lei nº 17.838/2013, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.

ORIGEM DAS RECEITA – FUNSEG	TOTAL R\$	% SOBRE O TOTAL ARRECADADO
Rendimentos e aplicações financeiras	1.860.751,38	44,28%
Arrecadação de 0,2% da receita bruta dos Cartórios do Foro Extrajudicial	2.341.048,94	55,72%
TOTAL	4.201.800,32	100,00%

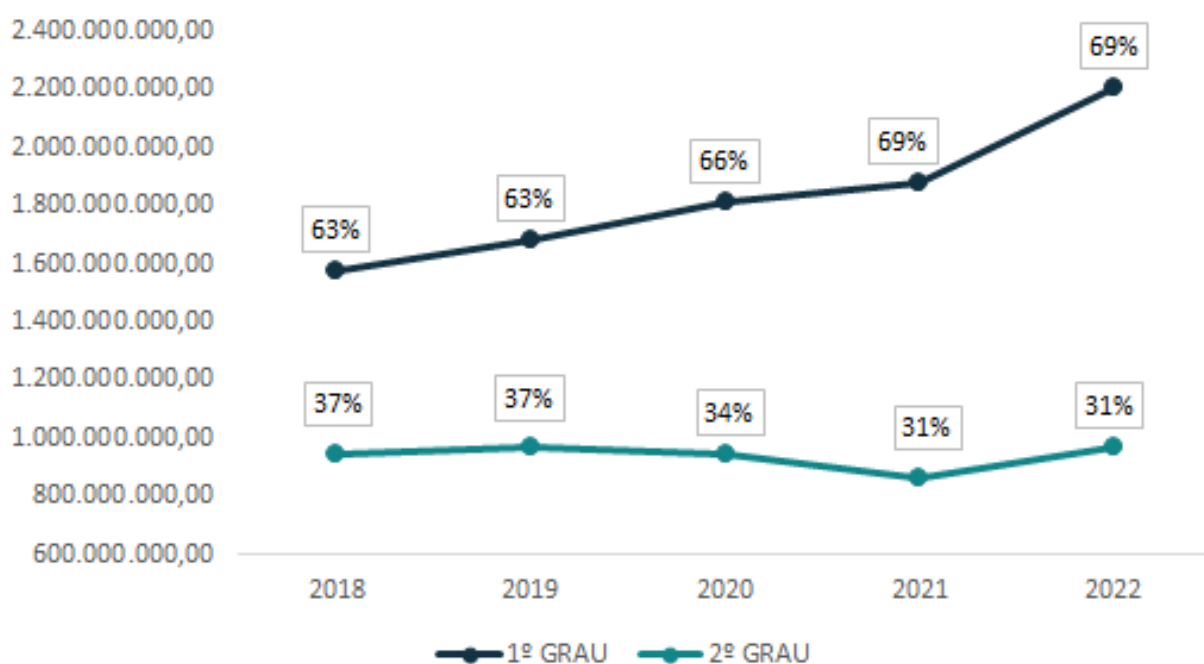
Comportamento das receitas ao longo dos últimos 4 anos:



INVESTIMENTOS NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

Nos últimos anos, o Judiciário paranaense tem empreendido grandes esforços para a melhoria da estrutura do 1º grau de jurisdição, por meio investimentos em recursos humanos, equipamentos e instalações físicas adequadas e acessíveis. Para demonstrar isso, na comparação entre os anos de 2019 e 2022, em termos percentuais, os investimentos realizados no 1º grau aumentaram 9,5% e, em termos financeiros, o volume de recursos cresceu 39,95%.

Evolução da Execução do Orçamento entre 1º e 2ª graus:



POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

O Tribunal de Justiça está em constante aperfeiçoamento quanto à aplicação de práticas de governança que contribuam para a entrega de melhores resultados à sociedade, além de proporcionar a promoção e a definição clara de estratégias, permitindo que a instituição estabeleça metas e objetivos alinhados com a missão, a visão e os valores institucionais.

Ao adotar práticas de governança, o Tribunal de Justiça se torna mais transparente, ético e alinhado ao interesse público, promovendo uma gestão eficiente e confiável, fortalecendo a liderança da instituição e a sua responsabilidade perante a sociedade.

Dentre as ações que envolveram práticas de governança na Corte paranaense, destacam-se algumas abaixo:

- O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou, em abril, a **Resolução nº 336/2022, que institui a Política e o Sistema de Governança Institucional do TJPR**. O documento prevê um conjunto de práticas e iniciativas para o desenvolvimento da governança no Judiciário paranaense, tratando-se de mecanismos de liderança, estratégia e controle fundamentais para avaliar, direcionar e monitorar a gestão do TJPR. Com essa estrutura robusta de governança, busca-se garantir a condução efetiva de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade de forma transparente, responsável e eficiente.
- Em outubro, a primeira **Carta Anual de Governança do Tribunal de Justiça**, com dados referentes ao ano de 2021, foi aprovada pelo Órgão Especial da Corte. A Carta é uma ação pioneira do Judiciário paranaense e reúne todas as atividades do Poder Judiciário realizadas que são de interesse dos cidadãos, tornando-se um instrumento de transparência e prestação de contas para a sociedade.
- O Tribunal de Justiça conquistou o 1º lugar, na classificação entre os Tribunais Estaduais de Grande Porte, no **Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário 2022** (iGovTIC-JUD).
- Foi realizado o **II Encontro do Judiciário Paranaense Contra a Corrupção** com o objetivo de celebrar o Dia Internacional Contra a Corrupção, instituído pela ONU, e dialogar sobre o combate à corrupção e as ações que as instituições públicas podem adotar para se fortalecerem na prevenção, detecção e responsabilização daqueles que praticam atos lesivos ao interesse público.
- Em maio, aconteceu o **III Fórum de Governança no Sistema de Justiça**. O evento forneceu ao público do TJPR, assim como de outras instituições do Sistema de Justiça, debates sobre as boas práticas de Governança aplicadas ao Setor Público, em especial, às instituições integrantes do Sistema de Justiça brasileiro.

Programa de Governança Institucional

O Programa de Governança Institucional – PGI é uma das principais referências para consultar as práticas e ações de governança incorporadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Desenvolvido de forma colaborativa e integrada, esse documento abrangeu um conjunto de iniciativas e práticas que tiveram como objetivo promover o desenvolvimento e o fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para avaliar, orientar e monitorar a gestão do tribunal.

O PGI foi composto por 24 iniciativas, das quais, até o final de 2022, 75% já estavam concluídas e 25% estavam em andamento. No quadro a seguir, é possível verificar cada iniciativa e seu *status* em dezembro de 2022.

	INICIATIVA	STATUS
1	Promover capacitação e melhoria contínua da Auditoria Interna	Finalizada
2	Fortalecer a independência e comunicação da Auditoria Interna	Finalizada
3	Definir a estratégia	Finalizada
4	Promover a governança das contratações	Em andamento
5	Elaborar Código de Ética e Conduta	Finalizada
6	Elaborar o Manual de Gestão de Riscos do PJPR	Finalizada
7	Reformular o Portal da Transparência	Finalizada
8	Estabelecer Canal de Denúncias	Finalizada
9	Promover a capacitação e divulgação do gerenciamento de riscos	Finalizada
10	Estabelecer a estrutura de gestão de riscos	Finalizada
11	Promover a Governança Institucional	Em andamento
12	Desdobrar a estratégia	Finalizada
13	Monitorar a estratégia	Finalizada
14	Prestar contas às partes interessadas	Finalizada
15	Comunicar a Auditoria Interna acerca da estratégia	Finalizada
16	Garantir o efetivo acompanhamento das recomendações de auditoria	Finalizada
17	Monitorar a gestão	Finalizada
18	Promover a transparência Ativa e Passiva	Finalizada
19	Fortalecer o Sistema de Controle Interno e o Modelo das Três Linhas	Finalizada
20	Promover o desenvolvimento de competências e avaliação de desempenho	Finalizada

21	Propor o programa de Integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Em andamento
22	Estabelecer requisitos de competência, desempenho e sucessão da liderança e dos gestores	Em andamento
23	Divulgar e manter atualizada a Carta de Serviços ao Usuário	Em andamento
24	Promover pesquisas de satisfação	Em andamento

Com o início de todas as iniciativas previstas no PGI até o final do ano de 2022, como demonstrado na tabela acima, bem como a continuidade dos trabalhos para a implementação de todas as atividades propostas no documento, o Programa de Governança alcançará seu pleno cumprimento e, mais ainda, deixará uma marca permanente dos esforços que impulsionaram grandes e importantes avanços na governança institucional do Tribunal de Justiça do Paraná.

Integridade e Ética

- O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) lançou o Guia do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, em um formato simplificado e visual, com o objetivo de facilitar o entendimento do normativo e dar publicidade ao tema.
- O Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NGRC), com o apoio da Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), promoveu duas palestras com base nos princípios, normas de condutas, deveres e vedações contidos no Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça. A primeira palestra foi realizada em março, nas dependências da Divisão de Administração de Materiais, na sede “Barracão”, de forma presencial, para servidores do Departamento do Patrimônio. A segunda foi realizada em maio para os servidores do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados e Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, no auditório da Escola Judicial do Paraná. As palestras abordaram temas referentes ao gerenciamento, descarte e cuidados com os bens públicos, a fim de evitar o uso antiético do patrimônio público.
- Ao longo de 2022, a Comissão de Ética e de Conduta se reuniu 10 vezes e as atas das reuniões podem ser verificadas na página da Comissão no portal do Tribunal de Justiça, ou pelo link: <https://www.tjpr.jus.br/web/comissao-de-etica-e-de-conduta/inicio>

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

O Tribunal de Justiça do Paraná adotou medidas para se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), conforme estabelecido pela Resolução nº 363/2021. Uma dessas medidas foi a criação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD), responsável pela implementação da LGPD.

Em 2022, o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NGRC) foi designado para apoiar o CGPD na implementação do Plano de Ação da LGPD. Entre as ações realizadas no ano, destaca-se o início do processo de inventário para mapear todas as atividades de tratamento de dados pessoais nas unidades administrativas do TJPR.

Inicialmente, foram aplicados formulários de identificação de processos de tratamento de dados em 28 unidades administrativas do TJPR. A segunda etapa do inventário teve início no final de 2022, com a aplicação do formulário de inventário de dados pessoais em 22 unidades administrativas que identificam processos relacionados ao tratamento de dados pessoais na primeira fase. O prazo para preenchimento do segundo formulário e, conseqüentemente, a finalização da etapa de inventário ocorreu no ano consecutivo.

É importante destacar que, preliminarmente ao preenchimento dos formulários, o NGRC, em parceria com o CGPD, promoveu uma live no canal do YouTube da EJUD. Essa live abordou os fundamentos da LGPD, práticas de conformidade com a lei e ofereceu orientações para esclarecer dúvidas relacionadas ao preenchimento dos formulários. Além disso, o NGRC desenvolveu um treinamento composto por 8 vídeos explicativos, nos quais foram detalhados os conceitos fundamentais da LGPD, bem como as instruções para preencher o formulário de identificação de processos e o formulário de inventário. Esse treinamento está disponível no ambiente AVA da EJUD, acessível por meio do seguinte link: <https://ead.tjpr.jus.br/course/view.php?id=778>.

Cabe ressaltar que o início da ação de mapeamento para o inventário de dados pessoais é etapa fundamental para a implementação efetiva das medidas de proteção de dados e o cumprimento das diretrizes pela legislação. Ao mapear todas as atividades de tratamento de dados pessoais, o TJPR obtém uma visão clara e abrangente de como esses dados são coletados, armazenados, utilizados e compartilhados em suas unidades administrativas. Isso permite identificar vulnerabilidades e lacunas na proteção dos dados pessoais, bem como compreender os fluxos e processos que envolvem essas informações sensíveis.

Portanto, essa ação foi um passo fundamental para o TJPR assegurar a conformidade com a LGPD, fortalecer a proteção dos dados pessoais e promover a confiança dos cidadãos no tratamento de suas informações.

FATORES DE RISCO RELEVANTES

SOCIEDADE E JURISDICIONADOS	QUESTÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS	LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO
<p>Proteção de dados pessoais</p> <p>Os processos de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados permanecem sendo classificados como grandes desafios institucionais, tendo em vista a quantidade de fluxos de informação e procedimentos que envolvem a manipulação de dados pessoais no Tribunal de Justiça do Paraná.</p> <p>Ataques cibernéticos e segurança da informação</p> <p>A crescente frequência de casos de ataques cibernéticos gera grande preocupação com a segurança dos dados e da infraestrutura tecnológica do Tribunal de Justiça.</p> <p>Acesso à tecnologia</p> <p>A ausência de infraestrutura adequada, a falta de familiaridade com as ferramentas tecnológicas e a indisponibilidade de acesso à internet podem dificultar ou impedir a participação efetiva de todas as partes envolvidas nos procedimentos judiciais eletrônicos.</p> <p>Eventos que impeçam a prestação da atividade jurisdicional</p> <p>Há diversos riscos que podem impedir o cumprimento da missão institucional do TJPR, como desastres naturais, crises de saúde, instabilidades políticas e falhas sistêmicas que podem afetar a continuidade das atividades do Judiciário paranaense.</p>	<p>Ausência de recursos financeiros, patrimoniais e de pessoal para o cumprimento da missão institucional</p> <p>O cenário econômico pós-pandemia ainda pode apresentar instabilidade e interferir no cumprimento da missão institucional.</p> <p>Cenários de instabilidade econômica e política que comprometam e/ou limitem a disponibilidade orçamentária</p> <p>Prioridades nas esferas de governo estadual, nacional e internacional podem acarretar um quadro financeiro mais restritivo.</p> <p>Eventual nova onda de Covid-19</p> <p>Além dos riscos à saúde e à segurança dos magistrados, servidores e demais colaboradores, haveria potenciais impactos na continuidade das atividades jurisdicionais, em decorrência de restrições à mobilidade e da necessidade de medidas de distanciamento social, ocasionando possíveis atrasos nos prazos processuais, audiências e julgamentos.</p>	<p>Mudanças no arcabouço legal e normativo</p> <p>Alterações na legislação ou regulamentos do Tribunal de Justiça do Paraná ou do Conselho Nacional de Justiça que possam ocasionar o aumento expressivo no volume de demandas judiciais ou na dinâmica da prestação jurisdicional, demandando esforços relevantes (tempo e recursos) para a adequação dos procedimentos e modelos de trabalho, além de especialização dos servidores e demais colaboradores para atendimento das demandas.</p> <p>Mudanças em diretrizes fiscalizatórias</p> <p>Alterações nas diretrizes fiscalizatórias, especialmente as provenientes do Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão responsável pelo controle externo do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), podem impactar os processos de fiscalização, auditoria e prestação de contas do TJPR, exigindo adequações e ajustes por parte da instituição.</p>



SAIBA MAIS EM
www.tjpr.jus.br/governanca-institucional/



A versão digital deste documento contém textos alternativos como recurso de acessibilidade.